



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DE 2022 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 13 DE JANEIRO DE 2023

-----Aos treze dias do mês de janeiro de 2023, no Auditório Conde de Ferreira, em Sesimbra, realizou-se pelas 21h00, a segunda reunião da sessão ordinária de dezembro da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência do Sr. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, e secretariada pelos Srs. Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro e Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes, Primeiro e Segunda, Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----3. Apreciação da Atividade Municipal.-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: Pelo Grupo Municipal (GM) da CDU - João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Victor Ribeiro Antunes, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, Rui João Graça Rodrigues, Paula Alexandra Cacela da Conceição Graça Rodrigues, Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro, Sónia Patricia Narciso Faria Lopes e Pedro Miguel Pinto Mendes.-----

-----Pelo Grupo Municipal do PS –Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Luísa Margarida Cagica Carvalho, Ricardo Alves Mendes, Cláudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata, Paulo do Carmo de Sá Caetano, Andredina Gomes Cardoso, e António Fernando Amiano Marques.-----

-----Pelo Grupo Municipal do Chega – Maria Madalena Cartaxo Serra e Silvia Marília Melo Montanha

-----Pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PPD/PSD) - Miguel Tomás Cristóvão Nunes e Leonel Madail dos Santos; -----

-----Pelo Grupo Municipal do BE - Carlos Alexandre Pinto de Oliveira Macedo. -----

-----Pelo Grupo Municipal do MSU - João Miguel Mateus Castanho.-----

-----Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, o substituto da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Ricardo Jorge Marques Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Carlos Alberto Pólvora Anjos Cruz.-----

-----Comprovada a existência de quórum, 24 presenças, o **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas. -----

-----Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Francisco Manuel Firmino de Jesus, e dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Nelson Carlos Simplício Pólvora, Alfredo Miguel Pires Fernandes e Márcio António de Sousa Oliveira. -----

-----**O Presidente da AMS** começou por cumprimentar todos os presentes bem como todo o público que assistia à transmissão em direto a partir de casa, desejando a todos, neste primeiro encontro de 2023,

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

um ano 2023 repleto de saúde e de felicidade para todos. -----

-----Justificou em seguida as substituições verificadas nos diferentes Grupos Municipais: -----

-----Do GM do PS, o Deputado Sérgio Faias, que se fizera substituir pelo Deputado António Marques.

-----No GM do PSD, o Deputado Carlos Oliveira, que se fazia substituir pelo Deputado Miguel Nunes e também o Deputado Germano Barros, que se fazia substituir pelo Cidadão Leonel Madail, que por ser a primeira vez que se encontrava presente, fora, por ele, verificada a sua identidade e legitimidade enquanto Deputado Municipal tendo desejado que a sua participação na AMS fosse profícua como a de todos que integravam o Órgão, fazendo votos de um bom trabalho. -----

----- No Grupo Municipal da CDU, a Deputada e Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel, fizera-se substituir pelo membro do Executivo, Ricardo Dias. -----

-----Informou depois que a Vereadora e Vice-Presidente Felícia Costa, se encontrava ausente por motivo de férias, assim como a Vereadora Argentina Marques, por motivos de saúde. -----

-----Em termos de informações, referiu que na última reunião fora prestada a informação que os serviços tinham recebido naquele próprio dia, no dia 28 de dezembro, toda a documentação da alteração por adaptação dos Planos Territoriais PDM de Sesimbra e Plano de Pormenor da Zona Sul da Mata de Sesimbra, decorrente da entrada em vigor do Programa da Orla Costeira Espichel Odeceixe, queria acrescentar que a documentação fora colocada na PAMS para conhecimento de todos os Deputados. ---

----- O Presidente da AMS declarou em seguida aberto o **“Período de Intervenção Aberta aos Cidadãos”** informando que fora recebida uma inscrição da Múncipe Liliana Martins que iria abordar o tema “Intervenção da Comissão Representativa dos Utentes dos Serviços Públicos de Saúde da Quinta do Conde, Tribuna Pública da Saúde” -----

-----Tomando o uso da palavra **a Múncipe** iniciou por cumprimentar todos os presentes e quem assistia a partir de casa, e passou a ler a seguinte intervenção:-----

-----*“A Comissão Representativa dos Utentes dos Serviços Públicos de saúde da quinta do Conde, foi convidada a participar numa tribuna pública da saúde promovida pelo PCP, no passado dia 6 de Janeiro. Aceitámos o convite para expor as nossas reivindicações e ouvir a população e os problemas sentidos no acesso à saúde.* -----

-----*Na freguesia da quinta do Conde existem vários problemas, nomeadamente o elevado número de utentes sem médico, e enfermeiro de família, sendo necessário um novo centro de saúde para dar resposta à totalidade dos habitantes. Elaborámos um baixo assinado, tendo recolhido mais de 4190 assinaturas que foi entregue na Assembleia da República e aprovado por todos os projetos de resolução apresentados pelo*

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

PCP, PEV, CDS, PSD e Bloco de Esquerda em plenário da Assembleia da República, com a abstenção do PS.

----- Além da construção do novo centro de saúde, na quinta do Conde, também propusemos a criação de um serviço de urgências básico na quinta do Conde, de segunda a sexta, das 20 às 8, e sábados, domingos e feriados, das 8 às 20, com máquina de Raio X OC e tórax e kits de várias análises. -----

----- Na área hospitalar, os utentes têm tempos de espera para consultas, exames e cirurgias inaceitáveis e em alguns casos, vários anos. É essencial investir no SNS, nas suas infraestruturas e na colocação de todos os profissionais em falta nos seus quadros para garantir o acesso de todos, a serviços públicos de saúde de qualidade. -----

----- As urgências de pediatria e obstetrícia na Área Metropolitana de Lisboa, têm estado encerradas em vários períodos devido à falta de profissionais para garantir o serviço. -----

----- Esperamos que estes encerramentos não alastrem a outras especialidades. -----

----- Estas urgências têm de estar perto da população e atrasos e reencaminhamentos para outros hospitais afetam os cuidados de saúde e podem ter consequências graves e até fatais para os utentes. ---

----- Esta situação é recorrente e anterior à pandemia, tendo a Comissão de utentes reitoral mente colocado este assunto em todas as reuniões que teve com a ACES Arrábida e diversos responsáveis do Ministério da Saúde. -----

----- Estes constrangimentos nestas urgências na Península de Setúbal não são de agora, e os sucessivos governos ignoram os alertas das comissões de utentes como comissões sindicais e até das administrações hospitalares. Este é o resultado da falta de investimento no SNS nas últimas décadas. O Governo tem de ter responsabilidade do seu papel constitucional de garantir o direito à saúde a todos os utentes. -----

----- No Concelho de Sesimbra, tem vindo a Câmara Municipal a substituir o Governo no financiamento na elaboração dos projetos e na candidatura a fundos comunitários para a construção da nova unidade de saúde, na Quinta do Conde e também na construção da unidade de saúde de Sesimbra. -----

----- O Governo, o Ministro da Saúde, Manuel Pizarro, e o diretor Executivo do SNS, Fernando Araújo, têm de tomar medidas imediatas que resolvam todas estas questões a curto, médio e longo prazo. -----

----- Planos de contingência, maior articulação entre urgências e concentração de profissionais em hospitais alternados não resolvem problemas estruturais por falta de médicos no SNS. -----

----- A Comissão representativa dos utentes dos serviços públicos de saúde, na Quinta do Conde, reivindica no SNS: -----

----- A colocação de todos os médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e todos os outros profissionais em falta nos quadros SNS. -----

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Construção de um hospital com pelo menos 300 camas e todas as especialidades médicas que sirvam os utentes de Sesimbra e Seixal.* -----

-----*Contestamos ainda a municipalização da saúde.*-----

-----*No Centro Hospitalar de Setúbal, a manutenção do espaço do Outão, requalificar o Centro Hospitalar de Setúbal, do Tipo C, para adequar o financiamento, ampliação e obras de requalificação do Hospital de São Bernardo.* -----

-----*Nos cuidados primários de saúde na Quinta do Conde:*-----

-----*Cobertura de toda a população com médico e enfermeiro de família.*-----

-----*Construção do novo centro de saúde.* -----

-----*Criação de serviço de urgências básicas com atendimento noturno, a partir das 20h00 até às 8h00 de segunda a sexta e aos sábados, domingos e feriados, devidamente equipados com um aparelho de raio simples, ossos e tórax, um kit de análises clínicas simples e uma eletrocardiograma.*-----

-----*Abertura de atendimento complementar nos dias úteis na Quinta do Conde.* -----

-----*Defendemos um modelo único das unidades de saúde de cuidados primários.*-----

-----*A colocação de um contentor anexo ao UCSP nada vem melhorar no acesso a cuidados primários de saúde, tendo mais um médico deixado dar consultas, na USP na Quinta do Conde no início de Janeiro e os utentes forçados a esperar até 17 de Janeiro para saber se virá outro médico substitui-lo. Em vez de ficarmos com mais médicos com os 3 gabinetes adicionais da unidade modular, ficámos com ainda menos recursos, saúde geral, universal e gratuito para todos.* -----

-----*Esta situação só se resolve com um modelo único de unidade de saúde e com médicos de saúde geral e familiar nos quadros SNS.* -----

-----*Esta Comissão continuará a lutar por cuidados de saúde públicos e de qualidade para os utentes da Quinta do Conde, defendendo o direito constitucional de acesso à saúde através de um serviço nacional de saúde geral, universal e gratuito para todos.* -----

-----*Obrigada."*-----

-----Cedida a palavra ao **Presidente da CMS**, este começou por cumprimentar, em nome do Executivo Municipal, todos os presentes e os que assistiam a partir de casa. -----

----- Referiu em seguida que apesar de não ter sido colocada nenhuma questão em concreto, também não iria acrescentar muito porque era público e notório que o Serviço Nacional de Saúde, no sentido lato, estava numa decadência que era assinalável, desde a saúde primária às respostas no centro hospitalar.

-----Do ponto de vista do Município, independentemente de ter que reconhecer que muitas das vezes

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

a própria Câmara Municipal, mesmo não acompanhando do ponto de vista ideológico, assumia competências e atribuições da administração central, naquilo que era a avaliação das necessidades que a população do Concelho de Sesimbra e o território tinham, também tinha consciência que muitas vezes, se não se chegasse um pouco à frente e o município poder efetivamente colaborar e, às vezes, mais do que colaborar e ser o principal responsável por conseguir ter melhores condições, não vinha tendo problemas em aceitar substituir a administração central, mesmo que por esse motivo ter consequências naquilo que efetivamente eram as suas próprias competências e atribuições ficando mais descalço para as resolver, -

-----De momento, do ponto de vista dos equipamentos, era provável uma realidade móvel dentro de 2 a 3 meses. -----

----- Existiam condições no quadro da saúde primária, para a Freguesia de Santiago, de uma resposta de proximidade para o Concelho com grande incidência, sobretudo em Castelo e Santiago, com as novas instalações da Unidade de Saúde de Sesimbra que era muito mais do que uma Unidade de Saúde Familiar, em termos daquilo que era o programa funcional e as áreas. -----

-----Em setembro de 2022, quando a CMS fora confrontada com a possibilidade de ter de assumir a responsabilidade de ser dona da obra e a submissão da candidatura para a construção de uma nova Unidade de Saúde Familiar na Freguesia da Quinta do Conde também não enjeitara essa possibilidade, sob pena dela nem sequer ser possível nos próximos anos. -----

-----Só, por exemplo, na Unidade de Saúde de Sesimbra, o orçamento municipal iria ter garantidamente a seu encargo, para além dos projetos, dos encargos do projeto e da cedência do terreno, quase 2.000.000 de euros de capitais próprios, para além da comparticipação do Ministério da Saúde, e também de cerca de meio milhão de euros dos Fundos Estruturais. -----

-----As paredes e as boas condições poderiam ser um atrativo para a fixação de profissionais, mas isso não iria chegar. Já tinha sido realizado um conjunto de reuniões, e estava a falar estritamente na saúde primária, com a administração regional de saúde e com o Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida, e de momento não existia nenhuma garantia, de que a nova Unidade de Saúde de Sesimbra viesse a ter um horário de certa forma alargado e não estava a dizer 24 horas, num equipamento que teria condições para tal e fora concebido, do ponto de vista do programa funcional, para esse fim, assim como não existia garantia de que não houvesse falhas profissionais e existir fins de semana sem sobressaltos de haver ou não haver médico ou enfermeiro para consultas de urgência e que muitas vezes eram consultas apenas de observação clínica, mais do que meios de diagnóstico, sobretudo pediatria, e que não se justificava ir a uma urgência hospitalar. -----

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Também deveria existir, e existiriam condições, não na nova da Quinta do Conde que seria uma Unidade de Saúde Familiar, mas na que estava projetada, a possibilidade de ter alguns meios de diagnóstico que evitaria a pressão que poderia exercer nos centros hospitalares. -----

-----Frequentemente recebia as mensagens da proteção civil, agora regional, com indicação de encerramento sucessivo de serviços ou de urgência no Garcia da Orta no São Bernardo, , ou no hospital do Barreiro Montijo, ou quando não era urgência geral, era ginecologia, obstetrícia, ou pediátrica, que era o caos que se vivia, infelizmente, no dia a dia. -----

----- Quería acreditar que sobretudo os partidos com responsabilidade mais governativa tivessem consciência de que era preciso alterar estruturalmente a visão que se tinha sobre o serviço nacional de saúde. A contratação de tarefeiros era uma medida de mitigação que saia caríssima e onde se despejava dinheiro no Serviço Nacional de Saúde sem resultados estruturais. -----

-----Deveriam existir, garantidamente, medidas estruturais que poderiam não ter reflexo daqui a 6 meses nem daqui a um ano, mas era preciso inverter o ciclo de política de destruição e de sobretudo de abandono completo do Serviço Nacional de Saúde. -----

----- Respondia à Comissão de Utentes que reconhecia as dificuldades e percebia o conjunto das reivindicações colocadas e gostaria de poder dizer que existia um horizonte temporal para as resolver. -

-----Também acompanhava o raciocínio de que muitas vezes, o Município ao substituir a administração central estava a deixar outras matérias da sua responsabilidade de lado, mas era uma avaliação que também a CMS, no quadro das suas responsabilidades, tinha de fazer. -----

-----Fazendo mais um centro de saúde outras coisas ficariam por fazer por mais algum tempo, mas pensava, sobretudo, na saúde primária, mas se amanhã surgisse a oportunidade ao Município de Sesimbra de na Quinta do Conde poder ampliar e reabilitar a Escola Michel Giacometti ou arranjar uma solução do ensino secundário, também não hesitaria, mesmo sabendo que não seria responsabilidade do Município.

-----Registava e estava ao lado daquilo que era a posição da Comissão de Utentes porque também era importante haver um papel ativo da população, dos representantes da população, porque muitas vezes era por essa via que o Município conseguia chegar um bocadinho mais além. Por vezes, o sentimento que se tinha era que era colocado nos municípios, que eram os agentes mais próximos, a resolução dos problemas que não estavam ao alcance dos municípios poderem resolver, e, portanto, a sua palavra para a continuidade do trabalho na defesa, obviamente daquilo que eram os interesses públicos da população de Sesimbra. -----

-----Interveio em seguida o **Deputado Carlos Macedo** que após cumprimentar todos os presentes e

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

quem assistia através do canal YouTube do Município, disse que a sua intervenção tinha a ver com a importância da matéria que fora trazida pela Comissão de Utentes, que agradecia, sendo que a nota que queria deixar e relevar, antes de mais, era reconhecer o esforço da Câmara Municipal, nomeadamente na Unidade de Saúde para Santiago e também na perspetiva de melhorar as condições infraestruturais na Quinta do Conde, mas existia outro aspeto que o preocupava particularmente e que tinha a ver com a dificuldade de recursos humanos e o hiato que se estava a concretizar porque quem estava a suportar o serviço de saúde, no momento, eram médicos que se aproximavam muito rapidamente da idade de reforma, porque os mais jovens, ou saíam do País, ou procuravam outras condições de desenvolvimento da sua atividade nos privados. -----

-----Era um grande problema que já era sentido e já fora documentado e que o Sr. Presidente da CMS na sua intervenção, também falara um pouco, que tinha a ver com a capacidade de captar os recursos humanos para depois se conseguir fazer com que as infraestruturas, que seriam sempre insuficientes, dessem resposta às necessidades das populações. E isto para dizer que sobretudo os partidos que tinham a capacidade de decisão que não sendo uma decisão fácil, porque certamente iria ter reflexo em termos orçamentais, mas a verdade era que se não se atacasse o problema muito rapidamente, os médicos que se estavam a formar agora só poderiam dar resposta daqui a quase 10 anos, depois de terem a sua formação concluída e terem alguma experiência adquirida. E a sociedade iria ter um hiato entre aqueles que estavam a sair do Serviço Nacional de Saúde e esses novos que iriam entrar, e se as tomadas de posições não fossem muito urgentes, iria haver uma quebra geracional dos recursos humanos que davam resposta ao setor tão importante da sociedade. -----

-----Aquela situação também poderia ser transposta para a educação porque o problema em termos de recursos humanos era em parte similar. Era urgente resolver e inverter a questão dos recursos humanos que se estava a atravessar e que provocar a deterioração dos serviços. -----

-----Interveio em seguida o **Deputado Rui João Rodrigues** que depois de cumprimentar todos os presentes e quem assistia a partir de casa disse que os assuntos que tinham sido trazidos à AMS pela Comissão de Utentes de Saúde da Quinta do Conde não eram estranhos a alguns membros da AMS Municipal visto a Comissão 3, no anterior mandato, ter trabalhado e reunido com todos os Diretores dos Centros de Saúde e Unidades de Saúde Familiar do Concelho de Sesimbra. -----

-----Fora feito um balanço e não tinha sido realizada uma sessão temática porque a pandemia não permitira. -----

-----Na sua opinião seria útil retomar o tema “O estado da saúde do Concelho de Sesimbra” porque

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

infelizmente, a única coisa que se alterara positivamente, fora a construção do novo Centro de Saúde na Vila de Sesimbra, porque de resto, infelizmente, nada melhorara, e inclusivamente algumas situações tinham piorado. -----

----- Infelizmente não eram só as questões de pessoal. Tinha conhecimento de um caso de um paciente que se dirigira ao Centro de Saúde de Santana com uma forte dor no peito. Em 2 minutos estava a ser atendido pela equipa de enfermagem e pelo médico da Unidade de Saúde Familiar do Castelo. O problema fora quando precisara de fazer um eletrocardiograma porque a máquina estava avariada há mais de 4 meses e o problema já tinha sido remetido à ARS de Lisboa e Vale do Tejo. -----

-----A médica telefonara para as urgências do Hospital de São Bernardo, em Setúbal e disseram para colocar um comprimido debaixo da língua do utente que também estava esgotado. -----

-----Era aquele o estado da saúde que existia no Concelho de Sesimbra e acreditava que fosse o estado da saúde que se vivia por todo o País. -----

-----O mesmo utente chegara ao Hospital de São Bernardo e fora extremamente bem atendido pelos médicos. Como se podia mover andara pelos corredores e vira os pacientes que estavam no hospital, num estado, no mínimo, degradante, e a culpa não era dos médicos, enfermeiros e auxiliares que eram uns heróis que lutavam diariamente no Serviço Nacional de Saúde para prestar os cuidados de saúde que a população portuguesa merecia. A culpa era do Estado Português que tinha deixado chegar o serviço àquela degradação. -----

-----Tomou depois o uso da palavra a **Deputada Cláudia Mata**, que depois de cumprimentar todos os presentes e quem acompanhava a reunião a partir de casa agradeceu a vinda da representante da Comissão de Utentes e informou que o GM do PS registava as questões e preocupações e queria abordá-las nos meios próprios. Concordava plenamente com o Deputado Rui João em realizar uma sessão temática no âmbito das questões da saúde. De facto, existia muita coisa a esclarecer, a desmistificar, a organizar, a pensar e debater sobre a matéria. -----

-----Quis depois deixar registadas 2 situações: -----

-----Fora aberto um concurso para 254 vagas de médicos especialistas, reforçando a capacidade de resposta do SNS, dos quais 196 eram da área da medicina geral familiar, e desses 196, 62 eram para a zona de Lisboa e Vale do Tejo. Quis ainda informar que nos primeiros 6 meses do ano iriam ser desenvolvidos processos para 28 novas USF modelo B, através de um despacho conjunto do Ministério das Finanças e do Ministério da Saúde, que fora publicado para autorizar a despesa.-----

-----**O Presidente da AMS** agradeceu a vinda da Comissão de Utentes que infelizmente trouxera uma

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

questão muito falada na AMS e como referira o Deputado Rui João Rodrigues, Coordenador da Comissão que integrava a área da saúde, o tema fora trabalhado no mandato passado. -----

-----A vinda da Comissão de Utentes tivera a capacidade de voltar a falar sobre o assunto e voltar a aflorar a possibilidade de se dinamizar o que era o objetivo do trabalho da Comissão no mandato anterior, com uma série de auscultações que iria culminar numa sessão temática apenas sobre o estado da saúde no Concelho de Sesimbra. Um trabalho semelhante ao da Comissão de Desenvolvimento Económico na área das pescas e que já fora falado sobre a possibilidade de enquadrar uma sessão temática, por ocasião das comemorações do dia do pescador, portanto, a 31 de maio. -----

-----Lançava assim o repto para se voltar a pensar o assunto, porque o tema merecia a realização de uma sessão temática. -----

-----**Terminado o Período de Intervenção Aberto ao Cidadão, o Presidente da AMS declarou aberto o Período da Ordem do Dia (Continuação) com o 3.º ponto “Apreciação da Atividade Municipal”.** -----

-----Referiu em seguida, que apesar do Regimento ainda não estar aprovado, era entendimento da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, , começar a aplicar, a título experimental, o tempo definido em sede de Comissão destinados à Apreciação da Atividade Municipal, o qual seria distribuído da seguinte forma: -----

-----Cada Grupo Municipal tinha uma base de intervenção de 10 minutos acrescida do número de minutos equivalente ao número de deputados municipais, menos um;-----

-----O tempo de intervenção da Câmara Municipal era igual ao somatório do tempo dos Grupos Municipais acrescido de 10 minutos que podiam ser utilizados numa intervenção inicial. -----

-----Por exemplo, um GM com 10 elementos teria 10 minutos mais 9, um GM com 8 elementos teria 10 minutos mais 7.-----

-----O GM da CDU teria 19 minutos, o GM do PS 17 minutos, o GM do CHEGA 11 minutos, o GM do PSD 11 minutos, o GM do BE 10 minutos e o GM do MSU 10 minutos, totalizando 1 hora e 18 minutos, tempo que seria igual para as respostas do executivo, acrescido dos 10 minutos regimentalmente previstos para uma apresentação da atividade. Pela experiência, o Executivo abdicava sempre desses 10 minutos de apresentação. Portanto seria 1 hora e 18 minutos para questões, e 1 hora e 28 minutos para respostas, totalizando 2 horas e 46 minutos. -----

-----Interveio a **Deputada Sandra Carvalho** que cumprimentou todos os presentes e os que assistiam à sessão através do canal Youtube, e reiterou os votos de um ano com muita saúde e capacidade de resiliência.-----

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Referiu depois que tendo em conta que se estava a refletir sobre o terceiro trimestre, gostaria de saber se já existia algum balanço provisório no que dizia respeito a eventos e à capacidade turística. ----

-----O ano de 2022 fora um desafio maior considerando o período de pandemia e reconhecia a dificuldade de recursos humanos para acorrer a todas as solicitações. -----

-----De facto, retomara-se os eventos com muita gente, e no dia seguinte os espaços estavam limpos e higienizados, e verificara-se a deslocalização de um festival que trazia muita gente a Sesimbra, em tempo recorde e com resultados muito satisfatórios.-----

-----O GM da CDU dava os parabéns aos funcionários que tinham sido incansáveis no trabalho realizado e gostaria de saber se existia algum balanço provisório relativamente ao verão em termos de frequência, de turismo e de apreciação geral face à retoma das atividades e dos eventos.-----

----- Usou depois da palavra o **Deputado Carlos Macedo** que disse querer começar com uma nota prévia e manifestar o seu protesto pela forma como a Assembleia, e os munícipes que representava, continuava a ser desrespeitada, uma vez que os documentos que estavam na base da presente discussão tinham chegado, uma vez mais, fora de tempo. Um relatório de atividade municipal com quase 350 páginas não devia ser entregue aos deputados 58 horas antes da reunião que como fora dito pelo Sr. Presidente da AMS, era uma continuação da sessão iniciada no dia 28 de dezembro do ano passado e que a atividade municipal deveria ter sido entregue em tempo útil para a reunião desse dia, e por esse motivo o atraso era ainda maior. -----

-----Por falar em atraso e de respeito pelos eleitos, recordava que a documentação que solicitara a 30 de novembro e 7 de dezembro apenas hoje, dia 13 de janeiro, pelas 5 horas da tarde tinha chegado um email com alguma informação, mas ainda não tivera possibilidade de consultar. -----

-----Face à sua introdução, a intervenção sobre a atividade municipal seria feita sob protesto e um pouco à margem do relatório. O facto deveria constar em ata.-----

-----Apenas iria fazer referência a um aspeto muito particular desse relatório que era a Mata de Sesimbra, até porque o período em discussão fora profícuo em acontecimentos relevantes.-----

-----Passou em seguida a apresentar a seguinte intervenção:-----

-----*“Ao contrário de promessas de redução da carga construtiva em linha com o novo PDM, pretensamente escritas em documentos que não são do conhecimento público, nem tão pouco dos eleitos presentes nesta Assembleia, venho descrever aspetos muito concretos no âmbito desse processo. -----*

-----*Podia trazer mais alguns, mas nesta fase quero fazer referência a 4 que me parecem determinantes e relevantes. -----*

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Primeiro aspeto. Um aspeto que eu denominaria da ordem. -----

-----No dia 12/10/2022 a Câmara Municipal de Sesimbra aprovou um contrato de urbanização da Mata Sul, a celebrar com a empresa Magna Woodlands. -----

-----Esse contrato de urbanização precedeu a operação de loteamento. -----

-----O referido contrato tem como objeto obras de urbanização de um loteamento, que não foi à data em causa, 12 de outubro, aprovado pela Câmara Municipal de Sesimbra. -----

-----Estamos perante um contrato de urbanização que se refere a um loteamento que não existia, volto a lembrar, à data da sua aprovação.-----

----- Soubemos agora no relatório que nos foi enviado da atividade municipal, porque até ao momento tinha sido omissa, que esse contrato foi assinado a 4 de novembro. O loteamento foi posteriormente aprovado em 28/11/2022. Desde logo, este simples facto permite-nos tirar uma conclusão, a inversão de toda a sequência lógica do licenciamento camarário, porquanto um contrato de urbanização só se justifica para estabelecer a repartição dos encargos entre setores público e privado, decorrentes de uma operação de loteamento e obras de infraestruturas devidamente aprovados, que não foi o caso. Fazer o contrário é condicionar indevidamente a aprovação do loteamento. Qual o objetivo desta inversão? -----

-----Segundo aspeto que denominaria do ónus. -----

-----A cláusula quarta do contrato no número 1, alínea c) estipula o seguinte: devem ser constituídas com a receção provisória das respetivas obras, servidões administrativas de instalação e manutenção de infraestruturas no subsolo sobre as áreas cujos limites territoriais se encontram indiciariamente discriminados no mapa de servidões administrativas, constitui o anexo C do contrato e devem ser definitivamente concretizadas aquando da referida receção provisória e que se cifram na obrigação de tolerar a ocupação permanente do subsolo por infraestruturas lineares na proibição das atividades de escavação, edificação e qualquer outra, incluindo o plantio de árvores e arbustos, cuja raiz atinja profundidades superiores a 0/8 m, a título duradouro ou precário, suscetível de prejudicar segurança integrada das infraestruturas. Na obrigação de tolerar o acesso por parte de terceiros para a realização de trabalhos de conservação de manutenção, reparação ou requalificação das infraestruturas. -----

----- Ora, estas servidões não são mais do que o direito de acesso às infraestruturas privadas, uma vez que neste loteamento não existe um único arruamento público no interior do terreno a lotear. Estas servidões servirão unicamente para a Câmara Municipal fazer a manutenção das infraestruturas privadas. Assim, esta cláusula diz-nos que a Câmara Municipal assume o encargo de conservar e reparar as infraestruturas privadas, rede de distribuição de água, rede de esgotos, encargo esse que é ou deveria ser

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

da inteira responsabilidade do promotor privado. A Câmara Municipal transfere assim, para os seus munícipes, o pagamento de um encargo por tempo indeterminado, que é dever exclusivo do promotor da operação de loteamento. -----

-----A própria iluminação dos arruamentos privados, se vier a ser ligada à rede pública, será suportada por todos os munícipes do Concelho de Sesimbra.-----

-----Desta forma, os munícipes de Sesimbra comparticiparão Ad eterno nos encargos de um empreendimento privado. -----

----- Terceiro aspeto da concentração. -----

-----Tem sido afirmado publicamente, mas também nesta Assembleia, que o Plano de Pormenor da Mata Sul se mantém inalterado e que estes desenvolvimentos correspondem a apenas cerca de 20% daquilo que se previa nesse documento no Plano de Pormenor. -----

-----Ora, se os 20% têm alguma correspondência com a realidade, é conveniente aprofundar os cálculos para que se possa fazer uma completa avaliação e comparação. -----

-----A parcela alvo do contrato de urbanização, e, depois, do loteamento tem uma área total de 1.309.050,67 m², ou seja, cerca de 130.9 ha, prevendo-se uma área de implantação de 138.000 m² cerca de 13.8 há. -----

-----Tal como definido no edital de loteamento, a tipologia dos empreendimentos será maioritariamente de 3 pisos mais Cave. Sucede que no plano de pormenor em vigor e que não foi alterado, a tipologia maioritária é de 2 pisos. Daqui resultará uma maior concentração, uma maior construção e consequente uma maior ocupação e, porventura um maior número de camas. -----

-----Depois, e caso não seja ainda evidente que o Plano de Pormenor da Zona Sul da Mata de Sesimbra está a ser alterado com as recentes deliberações, convém recordar que o índice de construção definido desse plano é 0,0198, área de implantação de 138.000 m² para uma área total de 1.309.050 m², corresponde a um índice de construção de 0.105, ou seja, um índice mais de 5 vezes superior ao definido no Plano de Pormenor.-----

----- Perante estes factos concretos, porque não foi iniciada a revisão ao Plano de Pormenor? é a questão que se impõe, e porque não foi feita a discussão pública e consequente e subsequente votação na Câmara e na Assembleia Municipal?-----

----- Quarto aspeto da transparência -----

-----O regime jurídico da urbanização e da edificação RJUE estipula no seu artigo 22º sob epigrafe, consulta pública, o seguinte: -----

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Passo a citar:*-----

-----1. Os municípios podem determinar, através de regulamento Municipal, a prévia sujeição, a discussão pública do licenciamento de operações de loteamento com significativa relevância urbanística.

----- 2. A consulta prevista no número anterior tem sempre lugar quando a ocupação do loteamento exceda algum dos seguintes limites: -----

-----Alínea a) - 4 há; -----

-----Alínea b) - 100 fogos; -----

-----Alínea c) - 10% da população do aglomerado urbano em que se insere a pretensão.-----

----- Ora, nem o contrato de urbanização, nem, sobretudo, a operação de loteamento, foram sujeitas à consulta pública como era absolutamente imperioso nos termos legais. Bastaria o cumprimento de um dos 3 critérios no artigo citado para que a consulta pública fosse uma obrigação. Ora, o projeto urbanístico em causa supera e por larga escala todos os 3 critérios.-----

----- Vejamos :-----

-----Sobre o critério de ser superior a 4 ha de terreno, alínea a) do RJUE, o projeto urbanístico em causa tem uma área de cerca, como já referi anteriormente, de 130.9 ha, ou seja, supera este critério em quase 33 vezes;-----

-----Quanto ao critério dos fogos, alínea b), se considerarmos uma previsão de 120 m² por fogo, o projeto contemplará 1017 fogos, sendo por isso cerca de 10 vezes superior ao estipulado na alínea b); ---

-----Por fim, quanto ao critério contemplado na alínea c) do RJUE, este projeto contará com cerca de 3050 habitantes, e se considerarmos o total da população da freguesia do Castelo, onde este projeto se insere, equivale a 16% da população. -----

----- Seja qual for o critério, a Câmara Municipal de Sesimbra terá violado flagrantemente a sua obrigação de submeter este projeto urbanístico a consulta pública.-----

-----Perante o exposto por que razão decidiu o executivo municipal escudar esta operação de loteamento da devida auscultação pública? -----

-----Estes são, na minha opinião, os aspetos mais relevantes da atividade do executivo municipal recente.”-----

-----Usou depois da palavra o **Deputado Pedro Mendes** que cumprimentou todos os presentes e quem assistia à reunião a partir de casa e disse que decerto ninguém levaria a mal de fazer um pequeno parêntesis relativamente ao facto de o Grupo Desportivo de Sesimbra ter chegado aos 16 avos de final da Taça de Portugal na modalidade de hóquei em patins, que por si só já era de enaltecer para uma equipa amadora

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

da terceira divisão.-----

----- O resultado não importava para nada, fora frente ao Futebol Clube do Porto, mas o que era importante salientar era a excelente moldura humana que se vira e se vivera no Pavilhão a relembrar velhos tempos.-----

----- Tinham estado cerca de 800, 850 pessoas para uma quinta-feira às 21:30, o que era bastante simpático e com grande apoio popular, normal noutros tempos. Era importante que as pessoas percebessem que os apoios deviam ser a todas as coletividades. Dava os parabéns ao Grupo Desportivo de Sesimbra pela divulgação e por aquilo que fizera e pedia à população um bocadinho mais de apoio às coletividades. -----

-----Relativamente à atividade municipal perguntou que balanço é que poderia ser feito em relação à limpeza das praias no Concelho durante o período do verão, e à recolha dos resíduos. -----

-----Em relação às contas do município, percebia-se que o executivo se ia mantendo firme em não subir as taxas dos tarifários, tendo perguntado qual era o impacto em relação às contas, e se já se começava a sentir nas contas do município o impacto previsto para o futuro.-----

-----Dirigindo-se depois ao Vereador José Polido, disse que verificara que tivera uma reunião com a Food LINK pelo que gostaria que o Vereador falasse um bocadinho sobre o projeto e qual era o objetivo do mesmo. -----

-----Usou depois da palavra o **Deputado Rui João Rodrigues** que voltando às questões da saúde disse que o atendimento complementar no Centro de Saúde de Santiago fora encerrado e havia o compromisso, segundo parecia, de se abrir um atendimento complementar na Quinta do Conde pelo facto de se ter fechado o de Sesimbra, pelo que gostaria de saber se já abrisse e se existia algum compromisso por parte do Ministério da Saúde na abertura dessa valência. -----

----- O fecho do atendimento complementar em Sesimbra era preocupante. O evento da passagem de ano, segundo informações prestadas pelo Sr. Presidente na reunião de Câmara, fora necessário a Câmara contratualizar médicos e enfermeiros e uma tenda para prestar os cuidados de saúde necessários aos visitantes e às pessoas que estavam a comemorar o réveillon em Sesimbra. -----

-----Prosseguindo disse que tinha sido muito falado de que ia ser colocado um contentor junto à Unidade de Saúde Familiar da Quinta do Conde e que o mesmo iria resolver o problema dos médicos de família na Quinta do Conde e iria trazer mais médicos de família para a Freguesia. Assim, uma vez que o Sr. Presidente da CMS estivera reunido com o Sr. Ministro da Saúde há pouco tempo se existe, gostaria de saber se já existia uma data previsível para a chegada dos médicos. -----

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**A Deputada Cláudia Mata** interpelou a Mesa dizendo que se estava a tratar da atividade municipal do terceiro trimestre e o Deputado Rui João Rodrigues estava a referir-se ao evento da passagem do ano.

-----**O Presidente da AMS** disse que no início do debate fizera questão de o mencionar. -----

-----Usou depois da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde** que cumprimentou todos os presentes e quem assistia a partir de casa pelas vias digitais. -----

-----Disse que iria apresentar 2 questões e um pedido de informação na primeira intervenção. -----

-----Uma das questões tinha 2 alíneas, e também iria quebrar uma das suas regras e iria fazer uma comparação entre freguesias. -----

-----Disse ainda que se os colegas permitissem não se cingiria ao período da atividade municipal.-----

-----1ª pergunta - lixo junto aos contentores na Quinta do Conde. -----

----- Era verdade que o civismo por vezes não imperava para que isso acontecesse e também era verdade, e ele próprio reconhecia, que a Câmara vinha fazendo um esforço para a remoção de todos os contentores de 800 litros e fazer a recolha porta a porta, mas o que o levava a intervir era a indignação de haver lixo junto aos contentores, no mínimo, há 15 dias, porque existia lixo, nalguns, há 1 mês. -----

-----Portanto, queria pedir à Câmara Municipal que fizesse um esforço para fazer essa recolha, porque estava a criar muita insatisfação entre os fregueses da Quinta do Conde, e como era do conhecimento, o lixo poderia ser prejudicial para a saúde, e além disso, existia uma situação que era importante reconhecer que era o facto de onde existia lixo, as pessoas colocavam lá mais lixo.-----

-----Portanto esta era a sua primeira intervenção e nesta primeira linha era pedir à Câmara Municipal que fizesse um esforço para a recolha desse lixo o mais depressa possível.-----

----- Entrando depois na alínea b) ainda sobre o lixo, disse que, como a maior parte dos eleitos sabia, existia uma pessoa na Quinta do Conde que era a Dona Luisa, que era considerada uma acumuladora de lixo. Também reconhecia que vinha sendo feito um esforço do setor da Ação Social da Câmara Municipal de Sesimbra, da Segurança Social e do próprio Tribunal, mas vinha expor o seguinte: Era o lixo na via pública. O lixo na via pública tinha de ser recolhido pela Câmara Municipal. Não se podia ter lixo na via pública. -----

-----Sabia que para entrar na casa da Sra. era preciso ter ordem, se calhar do Tribunal, mas o lixo da via pública era inimaginável. Tinha uma fotografia tirada ontem. -----

-----Daí o seu pedido junto da Câmara Municipal, no sentido de também fazer a limpeza dessa rua.

-----Segunda questão: Transferência de competências.-----

----- Como era do conhecimento, o DL n.º 57/2019, de 30 de abril, transferência de competências dos

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

municípios para os órgãos das freguesias, no seu artigo 2.º tinha 13 alíneas com transferências de competências.-----

-----O Sr. Presidente da CMS sabia e tinham falado sobre isso, que durante o ano não se conseguira realizar uma reunião para falar sobre as transferências. Assim, solicitava que no mais breve tempo possível, conseguisse fazer essa reunião com as freguesias para ser discutido se existia interesse, ou não, em fazer essas transferências de competências. -----

-----Terceiro ponto. Pedido de informação. -----

-----Já por diversas vezes ouvira dizer que eram gastos 300.000 euros na Feira Festa. Não sabia se o Sr. Presidente da CMS tinha os dados que iria pedir, mas se não os tivesse agradecia que os trouxesse numa sessão da Assembleia, que era o valor das receitas da Feira Festa. Gostaria de saber os valores para conhecer a diferença entre a despesa e a receita.-----

----- Interveio depois o **Deputado Miguel Nunes** que cumprimentou todos os presentes e as pessoas que assistiam em casa através das transmissões eletrónicas, e disse que o GM do PSD tinha uma questão relativamente à Juventude. Tinha conhecimento que o executivo da CDU, muitas das vezes deixava a Juventude um bocadinho aquém das expectativas e isso via-se através, quer das bolsas de estudo, quer dos valores dotados no orçamento. -----

----- Cingindo-se à atividade municipal relativamente ao terceiro trimestre tinha uma questão a colocar ao executivo: Uma vez que na despesa do financiamento definido constava 121.400 euros e apenas tinha sido gasto e pago 67.000 euros, o GM do PSD perguntava o que é que acontecera para que não tivesse sido realizada a maior parte das verbas que estavam propostas.-----

-----Usou em seguida da palavra o **Deputado João Castanho** que cumprimentou todos e quem assistia a partir de casa e aproveitou também para desejar um ano cheio de saúde e com muitos sucessos. -----

----- Começou por se referir à intervenção inicial do Deputado Carlos Macedo, relativamente à receção da documentação para apreciação da Atividade Municipal, pouco mais que 48 horas antes, o que provocava alguns constrangimentos, e era até limitativo das próprias funções de eleitos porque deveriam ter tempo para partilhar os documentos, para discuti-los em conjunto, e, assim, não conseguiam fazer o trabalho da melhor forma e com isso, não apresentar algumas questões ao Executivo. -----

-----Outra questão que se colocava, e tratando-se do terceiro trimestre, as agendas dos elementos do executivo municipal tinham datas diferentes, eram de 1/ 9 a 15/12. -----

-----Eram documentos com períodos diferentes o que provocava alguma confusão. Na sua opinião era altura de se acertar e de se colocar tudo nos eixos. Assim, no próximo PAOD, o GM do MSU iria apresentar

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

uma recomendação no sentido de trazer alguma normalidade no processo. -----

-----Quanto às questões, tinha aqui algumas sinalizadas, e iam um bocadinho de encontro àquilo que fora a intervenção da representante da Comissão de Utentes. A 14 de setembro, no período do trimestre que se estava a analisar, tinha havido uma reunião sobre a Unidade de Saúde de Sesimbra e sugestões de alteração, onde fora abordada a questão dos recursos humanos, mas como fazia parte da agenda gostaria de perceber que sugestões de alteração tinham sido apresentadas e o que é que fora considerado em termos de recursos humanos. -----

-----A 22 de setembro e sobre o mesmo tema, uma candidatura urgente ao PRR por causa da Unidade de Saúde da Quinta do Conde, pelo que perguntava se já existia algum desenvolvimento.-----

-----Já fora do período que se estava a analisar, a 2 de dezembro, tinha havido ações de pressão da Câmara de Sesimbra, Palmela e Setúbal, pelo que gostaria de perceber no que é que resultara, se é que resultara alguma coisa. -----

-----Prosseguiu colocando uma questão relacionada com a agenda da Sra. Vereadora Felícia, portanto, a 23/09, uma reunião sobre o Plano Estratégico Educativo Municipal com o ISCTE, perguntando do que se tratava em concreto. -----

-----Disse depois que no documento, na página 324, na parte respeitante à Divisão da Cultura, na livraria municipal, constava que tinham sido vendidos 31 livros, que representavam 240 EUR e oferecidos 132, portanto, 80%. Aquilo que perguntava era quem pagara os livros. Quais eram os critérios. Era um bocado estranho aquela proporção. Era natural existir ofertas, mas se calhar evitava aquela questão se o assunto estivesse um bocadinho mais detalhado. Numa empresa privada era impensável. Se tivesse sido ele a comprar um livro sentir-se-ia lesado, porque se calhar só ele é que pagara e o resto fora tudo oferta.

-----Como última questão disse que várias vezes o assunto das esplanadas e da ocupação da via pública tinha sido abordado e o GM do MSU tinha apresentado uma recomendação, mas a informação era que até ao final do ano se ia manter a situação. Já se estava em 2023 e a questão era o que é que a CMS iria fazer.

-----**O Presidente da AMS** informou o Deputado João Castanho que dos 132 livros oferecidos, ele responsabilizava-se por 25, que oferecera a uma delegação estrangeira que visitara as instalações. -----

-----Interveio **o Deputado Paulo Caetano** que cumprimentou os presentes e quem assistia a partir de casa e começou por dizer que a atividade que estava no Relatório da Câmara Municipal em relação às reuniões era, de facto, do trimestre de 22 de junho a 7 de setembro, mas todas as tabelas das atividades do executivo iam de 1 de setembro a 31 de dezembro. Portanto, no fundo, estava-se a apreciar um semestre basicamente e não apenas um trimestre, para além das considerações que tinham sido feitas

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

sobre o documento chegar muito em cima da realização da reunião. -----

----- Quis referir alguns aspetos que tinham a ver com aquilo que o Deputado Carlos Macedo já referira que eram os contratos de urbanização da Mata de Sesimbra que tinham sido, de facto, o acontecimento mais relevante da segunda metade do ano de 2022. -----

-----O GM do PS não trazia questões para colocar em relação aos contratos por várias razões, nomeadamente porque não tinha tempo para as colocar da forma tão explanada como o Deputado Carlos Macedo colocara, mas partilhavam muitas daquelas dúvidas, entre outras, e, portanto, queria assinalar que recebera hoje, ao fim da tarde, parte da informação, senão toda, daquilo que fora solicitado e, em consequência dessa informação que fora partilhada, que obviamente não tinha havido tempo para analisar devidamente, na qualidade de Coordenador da Comissão “2”, já enviara um e-mail aos serviços a solicitar contato com os membros da Comissão para que se pudesse marcar, com a brevidade possível, uma reunião para esclarecer uma série de questões, entre algumas que tinham sido referidas pelo Deputado Carlos Macedo e várias outras. -----

----- Sobre a atividade e de uma forma um bocado gráfica, seguindo a ordem cronológica, disse que começando em setembro, e sobre o evento de 8 de setembro e a eleição Miss Sesimbra, ou Miss Elegância, já tinham sido tecidos vários comentários na AMS numa sessão anterior, contornos algo criticáveis em relação ao evento, mas não podia deixar de assinalar que o executivo municipal tivera uma fortíssima presença nesse evento, que com exceção da Sra. Vice-Presidente e do Sr. Vereador Miguel Fernandes, todos os restantes membros do executivo tinham estado presentes.-----

----- Prosseguiu dizendo que a 21 de outubro, tinha havido uma reunião com os concessionários das pedreiras sobre a estrada das Pedreiras pelo que solicitava alguma informação sobre o ocorrido na reunião e saber se existia a possibilidade de participação desses concessionários no arranjo da estrada. -----

-----A 25 de outubro, a assinatura do acordo da Casa do Infante, pelo que solicitava alguma informação.-----

-----A 11 de novembro, detetara uma reunião com o proprietário do aterro de Zambujal e sobre um ponto de situação do aterro, na atividade do Sr. Vereador Márcio Souza que referia também a presença do Sr. Presidente da CMS, pelo que gostaria de saber alguma informação sobre o resultado dessa reunião. -

----- A 21 de novembro, uma reunião com o Novo Banco sobre o remanescente das parcelas do Plano Pormenor da Zona Sul da Mata de Sesimbra, poderia ser um assunto a ser aprofundado na reunião da Comissão “2”, mas não conseguia deixar de assinalar o reforço de algumas das questões que o Deputado Carlos Macedo colocara e alguma preocupação em relação àquele remanescente das parcelas do Plano de

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Pormenor. -----

----- Usou da palavra a **Deputada Luísa Carvalho** que cumprimentou todos os presentes e quem assistia à reunião a partir de casa, assim como desejou um bom ano 2023. -----

----- Disse que tinha 2 questões. Uma tinha a ver com a localização do SUPER BOCK SUPER ROCK que já estava noticiado que seria no Meco, e uma vez que verificara a realização de uma reunião perguntava se a Câmara já tinha a identificação do local e dos impactos que esse local poderia trazer, e se esse facto já tinha sido devidamente ponderado. -----

----- Tinha algumas questões relacionadas com o PRR, sendo que uma delas já tinha sido colocada pelo Deputado João Castanho, perguntando qual era o ponto de situação em termos do PRR referenciado ao longo do Relatório. -----

----- Referiu depois uma reunião com a ADREPES no dia 6 de setembro, que falava em atrasos pré contratuais relacionados com o Mar 2020, pelo que solicitava alguns esclarecimentos sobre o assunto. -

----- Por último, reforçou a forma muito desorganizada, como o documento chegava, muito em cima da hora, que dificultava o trabalho dos eleitos para a preparação da sessão. -----

----- Interveio em seguida o substituto da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, o **Membro do Executivo, Ricardo Dias** que cumprimentou todos os presentes e disse querer deixar duas notas: -----

----- Disse que todos os elementos do executivo municipal tinham estado presentes naquele que fora o primeiro “tradições e ruralidade” que era um evento organizado pela Junta de Freguesia do Castelo e por onde tinham passado pessoas das 3 freguesias o que era salutar, e não estar à procura das diferenças. --

----- Em termos de limpeza queria informar que a Junta de Freguesia do Castelo criara um conceito que tinha ajudado nalguns locais, com o nome “Não polua evolua” e vinha funcionando bem. -----

----- Poderia haver uma parceria entre as juntas para troca de impressões e se poder ajudar, apesar de os grandes e dos principais culpados da falta de limpeza serem sempre os municípios que por mais que se falasse, eles continuavam a fazer aquilo que todos sabiam, mas se calhar ter-se-ia de passar pela educação e levar os bons projetos a todo o Concelho. -----

----- Usou da palavra o **Deputado Vitor Antunes** que cumprimentou todos os presentes e quem assistia a partir de casa e disse querer saudar a Comissão de Utentes da Saúde da Quinta do Conde, que trouxera um assunto que merecia o maior respeito. -----

----- Referindo-se à intervenção do membro do executivo da Junta do Castelo, disse que se aprendia com todos. - -----

----- Disse que se falara de saúde e que iria falar de educação referindo que no momento em que

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

tomara posse do cargo de Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, em 23/10/2009, assinara um ofício a pedir uma reunião ao Parque Escolar e à DREL, Direção Regional de Educação de Lisboa, por causa do ensino secundário na Quinta do Conde, e também por causa do Centro de Saúde, que na altura também era necessário e ainda não tinha sido construído. -----

-----Portanto, eram situações absolutamente recorrentes. -----

-----Relativamente à educação, disse que tinha havido em novembro uma reunião do Conselho Municipal de Educação, e em 5 de dezembro também tinha havido uma reunião com o ISCTE para abordar questões da educação, nomeadamente a carta educativa, e a pergunta que fazia era qual era o ponto de situação relativamente à construção de uma Escola Secundária na Quinta do Conde. -----

-----Era uma pergunta muito simples para uma resposta que tardava há décadas e isso é que era muito desagradável. -----

-----Reportando-se a 02/02/2010, disse que quando o Presidente da Parque Escolar e o Sr. Delegado Regional da Educação de Lisboa e Vale do Tejo, que era assim que se chamava na altura, tinham estado na Quinta do Conde, fora criada a expectativa de que um ano depois existiria obra no terreno. Um ano depois, seria em 2011, mas já se tinham passado 12 anos.-----

----- Retomava a questão porque participara há dias numa reunião do Conselho Geral de uma escola e ouvira que tinham sido criadas algumas expectativas que queria ver concretizadas. -----

-----Interveio em seguida o **Deputado Pedro Mesquita** que cumprimentou todos os presentes na sala, e quem assistia através do canal Youtube do Município, assim como desejou a todos um bom ano de 2023.

----- Disse que verificara, ao longo das intervenções que tinham sido feitas, que em cada um, existia um Ministro das Finanças, porque todos tinham soluções, assim como em todos existia um Ministro da Educação, um Ministro das Obras Públicas, etc. Todos tinham opinião, era um facto, e era normal e ainda bem que assim era no nosso País que felizmente era democrático, livre e aberto a todas as opiniões, o que era excelente, sem dúvida nenhuma, situação que às vezes não acontecia noutros locais, mas Portugal tinha esse grande privilégio felizmente. -----

-----Aproveitando que tinham sido colocadas algumas questões relativamente à área da saúde que afetavam o SNS, disse que seguramente estavam a ser monitorizados pelo Sr. Ministro da Saúde, que fora recentemente nomeado como era do conhecimento de todos. Todos tinham esperança que o Serviço Nacional de Saúde melhorasse. Todos sabiam que era uma área extremamente complicada e difícil.-----

-----Disse depois que há 3 ou 4 meses, fora feita pelo GM do PS uma proposta verbal ou uma recomendação, relativamente à alteração da linha da carreira do minibus dentro da Quinta do Conde, para

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

poder passar junto à porta do centro de saúde da Quinta do Conde e o GM não tinha qualquer indicação se realmente tinha sido feito algum contato com a TML, para promover a possibilidade dessa alteração para que os utentes, alguns com mobilidade reduzida, pessoas mais idosas, com crianças ou grávidas pudessem utilizar um transporte que estava a circular desde o Verão.-----

-----Seria um desvio de 50 metros, 100 metros, e poderia passar à porta do Centro de Saúde.-----

----- Se eventualmente o Sr. Presidente da CMS achasse que era necessário fazer uma recomendação à TML e tentar aprová-la na Assembleia Municipal, o GM do PS faria a Recomendação no sentido de se conseguir de alguma forma fazer um forcing junto da TML para que a situação fosse estudada e colocada em prática, que na sua opinião não seria difícil. Seria um desvio relativamente simples, não iria fazer grande alteração. -----

-----Usou depois da palavra o **Deputado Ricardo Mendes** que após cumprimentar todos os presentes e quem assistia à reunião a partir de casa, disse que o GM do Partido Socialista fizera uma recomendação no dia 08/11/2019 relativamente ao alojamento local. -----

----- Recordava que estava plasmado no documento, o seguinte *“em termos de número de alojamentos locais nesta freguesia de Santiago, 399 unidades, que correspondia a 651 camas. Isso representava 57% do total de alojamentos locais no nosso Concelho.”*-----

----- Nessa recomendação tinham sido propostos 3 pontos: -----

----- Primeiro - fazer-se um estudo relativamente à pressão do alojamento local nas 3 freguesias, em particular na Freguesia de Santiago. -----

----- Segundo - o Partido Socialista propunha a elaboração de um Regulamento Municipal. -----

-----Terceiro - o Partido Socialista recomendava a suspensão por 8 meses de todas as licenças de alojamento local, a fim de que o regulamento fosse elaborado.-----

----- Recordava que à data, todos os partidos, inclusivamente a CDU, tinham votado favoravelmente. Ora volvidos 4 anos, passava a factos: Existiam atualmente 900 unidades de alojamento na freguesia de Santiago, mais 199 licenças concedidas pela Câmara Municipal. Só no corrente ano tinham surgido mais 155 registos, tendo havido um intervalo de 2020 / 2021 devido à pandemia. -----

-----O Concelho de Sesimbra estava no top 2, sendo o Concelho a seguir a Almada com mais registos de alojamento local. A Freguesia de Santiago era a freguesia da Península de Setúbal, por quilómetro quadrado, que mais alojamento local tinha: 252 alojamentos locais por quilómetro quadrado.-----

----- Acresce ainda o facto de só entre 2018 e 2022 ter havido um aumento substancial em termos de camas por empreendimentos turísticos, a ressaltar, a abertura do *Four Points* precisamente na Vila de

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Sesimbra. -----

-----A pergunta que o GM apresentava e porque já no corrente mandato o Partido Socialista apresentara uma recomendação para a elaboração do Plano Estratégico de Turismo, tendo o Deputado Pedro Mendes, do GM da CDU, referido que não era o *timing* para a análise desse Plano Estratégico e que se deveria olhar numa ótica regional e não local, mas, nem da parte do GM da CDU, nem do parte do atual executivo, na pessoa do Sr. Presidente da CMS, existia um entendimento de começar uma estratégia definida em termos do turismo e, acima de tudo, de fixação de pessoas na Vila.-----

-----Concluiu a sua intervenção perguntando qual era a estratégia para trazer de volta as pessoas que tinham sido obrigadas a sair da Vila. Qual a estratégia para as manter, e acima de tudo, o GM do PS reconhecia que a estratégia local de habitação não era suficiente para fazer face às necessidades, mas efetivamente tinha de perguntar, como é que iriam captar e como é que iriam manter a classe média na Vila de Sesimbra. -----

-----Sabia perfeitamente que a razão não era exclusiva do alojamento local, mas certamente que o alojamento local tinha uma grande influência e o Sr. Presidente da CMS saberia melhor do que ele próprio.

-----**O Presidente da AMS** alertou para o facto de o GM do PS já ter ultrapassado o tempo definido e ainda estarem deputados inscritos. -----

-----Usou da palavra **o Deputado Leonel Santos** que cumprimentou todos os presentes e quem assistia à reunião através do Youtube. -----

-----Agradeceu as palavras do Presidente da AMS no início da sessão, e disse que era a primeira vez que estava numa Assembleia, mas não era a primeira vez que estava na política, e ainda tinha a visão romântica e acreditava que estavam na política a servir o público, as pessoas que os tinham elegido, mais do que os partidos que representavam. -----

-----A questão levantada pela Munícipe relativamente à Freguesia da Quinta do Conde e ao Centro de Saúde da Quinta do Conde, disse que era uma preocupação transversal, não diria a todos os partidos porque não falava por todos, só falava pelo PSD, mas pelo que ouvira, a grande parte dos partidos.-----

-----O Centro de Saúde da Quinta do Conde era realmente uma preocupação da população. Era uma preocupação do PSD. O Sr. Presidente da CMS falara de Santiago, mas devia-se ter a noção que mais de 50% da população do Concelho de Sesimbra, dados de 2021, estavam na Quinta do Conde. -----

----- Era importante a sede de Concelho, obviamente, mas também era muito importante ter em atenção onde é que estava o grosso da população.-----

-----Vira no Relatório enviado aos Deputados, que tinham sido realizadas algumas reuniões

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

relativamente à Unidade de Saúde da Quinta do Conde, não ao Centro de Saúde, como muito bem o Sr. Presidente da CMS esclarecera, mas relativamente à Unidade de Saúde da Quinta do Conde, e não podendo avançar já para o Centro de Saúde porque se calhar iria demorar uns anos com as dificuldades que se estava a passar de momento no país, pelo menos a melhoria da Unidade de Saúde da Quinta do Conde seria essencial. -----

----- Ficava a proposta do PSD porque era algo que via com preocupação, e se associava aos munícipes, no caso, à Comissão de Utentes da Quinta do Conde, e que com certeza iria ser insistido no futuro, se já não fora no passado. -----

----- Relativamente à Informação da Atividade Municipal a sua questão prendia-se com a contratação pública, e verificara alguns movimentos que gostaria de ver esclarecidos. Solicitava mais informação a quem tinha sido responsável pelo concurso público relativamente à adjudicação para aquisição de licenciamento de software da Microsoft da Câmara Municipal ou do Município, no valor de 531.737 EUR, que fora adjudicado a uma empresa do Porto à CLARANET. -----

----- Quantas empresas tinham concorrido, se realmente tinha sido o concurso Público, a via utilizada para a adjudicação, se tinha havido mais empresas a concorrer e quais, e se o de 531.000 EUR era efetivamente só para software porque o considerava um bocado exagerado. -----

----- Muitos computadores existiriam no Município. -----

----- Por último referiu que vira num dos movimentos que o Vereador Márcio estivera 2 dias num curso de suporte básico de vida. Perguntava se tinha estado a tirar o curso ou se estivera no âmbito das suas funções enquanto Vereador responsável pela Proteção Civil. 2 dias não era uma simples visita, portanto, estivera presente no curso e gostaria de saber o que é que desenvolvera. -----

----- Interveio depois **a Deputada Paula Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e quem assistia à reunião a partir de casa. -----

----- Disse depois que uma das questões que queria colocar já fora levantada e tinha a ver com o desenvolvimento do problema do Aterro do Zambujal, no sentido de saber se havia algum desenvolvimento, ou não, sobre o plano de recuperação e limpeza do aterro. -----

----- Segundo os residentes no Zambujal continuava a haver muito fumo, e o cheiro era bastante desagradável e isso era uma preocupação do GM da CDU e não só, de toda a AMS. -----

----- Outra das questões que tinha para colocar não era propriamente relativa ao terceiro trimestre, mas tinha a ver com as obras de estabilização e consolidação das arribas junto ao Porto de Abrigo, e se já estavam concluídas. -----

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Interveio em seguida a **Deputada Andredina Cardoso** que cumprimentou todos os presentes e os que também acompanhavam online. -----

-----Disse querer colocar 2 questões: -----

----- Tinha havido um encontro com a Associação Encontrar Esperança e também com a Associação 4 Estações que tinha a ver com o apoio alimentar às famílias carenciadas, pelo que gostaria de saber um pouco mais acerca dessa questão e também sobre a visita a Sesimbra da Representante da Rede de Cidades Saudáveis do Brasil.-----

-----De seguida o **Deputado Rui João Rodrigues** solicitou à Mesa o ponto de situação relativamente aos tempos de intervenção por Grupo Municipal. -----

-----**O Presidente da AMS** informou que o GM da CDU tinha 14 minutos utilizados, o MSU 7 minutos, o PS 20 minutos, o PSD 6 minutos e o Bloco de Esquerda 11 minutos utilizados, o GM do CHEGA ainda dispunha da totalidade do seu tempo. -----

-----**O Deputado Rui João Rodrigues** respondeu que pela resposta, o Partido Socialista já excedera o tempo de intervenção, ao que o **Presidente da AMS** respondeu que já excedera e tinha mais uma solicitação da Deputada Cláudia Mata, à qual seria dada a palavra e no final explicaria porquê. -----

-----Retomando o uso da palavra, o **Deputado Rui João Rodrigues**, referindo-se à intervenção do Deputado Pedro Mesquita, disse que os Deputados não eram todos Ministros das Finanças, Ministros da Saúde ou Ministro da Educação. -----

-----Ele estivera numa reunião na Michel Giacometti com o Professor Eduardo no dia 25/03/2014 e, por coincidência, a Comissão “3” reunira hoje novamente e visitara a escola e encontrara uma situação bem pior do que aquela que estava em 2014, portanto, não era preciso ser Ministro da Educação, nem ser Ministro das Finanças. Não havia dinheiro para tudo, mas já que os Deputados do PS enviavam recados aos Ministros do Partido Socialista então pedissem para fazer escolas, hospitais, centros de saúde e deixassem de lado os mundiais 2030. -----

-----Dirigindo-se depois ao Deputado Ricardo Mendes disse que não era a primeira vez que referia que se atirava as pessoas para fora de Sesimbra, o que na sua opinião era, no mínimo, falacioso e ignorante, porque a Câmara Municipal de Sesimbra não podia proibir qualquer munícipe residente na Vila de Sesimbra vendesse a sua casa, fosse a quem fosse. Eram as leis do mercado.-----

-----**O Deputado Ricardo Mendes** invocando defesa da honra interveio dizendo que afirmara que existiam atualmente mecanismos, nomeadamente os previstos na Lei dos Alojamentos Locais que tinha sido alterada, que previa a possibilidade de existirem zonas de contenção. -----

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Não afirmara que o alojamento local era o único fator que estava relacionado com a saída de pessoas da Vila de Sesimbra, mas que era um fator que poderia estar relacionado.-----

-----Usou depois da palavra a **Deputada Cláudia Mata** que disse querer reiterar 2 questões que já tinham sido feitas.-----

----- A primeira tinha a ver com o Relatório e o tempo que era disponibilizado aos eleitos, que era muito curto para o apreciar, e a segunda questão tinha a ver com a forma, porque tinha um capeamento de que era uma atividade municipal referente ao terceiro trimestre, e depois no cabeçalho das agendas vinha de 1 de setembro até dia 15 e 18 de dezembro, portanto, não se percebia o que é que se estava a apreciar. Devia-se tentar solucionar a questão porque o documento era alvo de crítica por parte de todas as bancadas, com exceção da CDU.-----

-----Tinha ainda uma segunda crítica a fazer que era o facto de um ano volvido e depois de ter sido adquirida a televisão que julgava que era para projetar os tempos de cada uma das bancadas, essa situação ainda não estava resolvida, pelo que gostaria de saber qual era o motivo pelo qual ainda não se conseguia visualizar os tempos de cada uma das bancadas e do próprio executivo.-----

----- A questão que queria fazer sobre a atividade municipal tinha a ver com o facto de serem mencionados ao longo da agenda da Sra. Vereadora Felícia Costa reuniões sobre a matéria da delegação de competências para as matérias da ação social, e gostaria de saber o ponto de situação do trabalho já desenvolvido naquele âmbito.-----

-----**O Presidente da AMS** respondendo à questão sobre o motivo pelo qual ainda não se conseguia visualizar os tempos disse que se estava a trabalhar e a adaptar ao software, mas se o tempo era curto para apreciar a atividade municipal e todos os documentos, para apreciar a atividade municipal, trabalhar todos os documentos e ainda o software, as 24 horas que tinham os dias dos deputados que estavam nas bancadas eram as mesmas 24 horas que tinham os dias dos elementos da Mesa que vinham fazendo o possível.-----

-----**A Deputada Cláudia Mata** perguntou se era a Mesa que estava a fazer o software.-----

-----**O Presidente da AMS** respondeu que não era a Mesa que estava a fazer o software, embora tivesse sugerido e apresentado um protótipo de um modelo que estava a ser trabalhado juntamente com os técnicos de informática, que sempre se disponibilizaram e que estavam a trabalhar com a Mesa nessa situação.-----

-----O que se pretendia era trabalhá-lo de forma que não tivesse falhas a partir do momento em que o colocassem em prática, e naquelas circunstâncias não havia margem para errar.-----

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Queriam trabalhá-lo, tê-lo pronto e tinham de o testar e estarem aptos a trabalhar com o software para que não houvesse falhas. -----

-----Ninguém mais do que os membros da Mesa queriam já ter o sistema a funcionar e certamente compreenderiam porque era uma tarefa muito difícil. Acreditava que os elementos dos Grupos Municipais teriam muito mais autocontrolo porque veriam os tempos ao minuto. -----

-----Ainda não fora possível concluir o processo, mas certamente que era um dos objetivos que não estava esquecido e agradecia naturalmente a nota e a referência que a Deputada fizera. -----

-----Usou da palavra o **Deputado João Castanho** que disse que quanto à afirmação de que eram todos Ministros das Finanças, da Educação, da Saúde, também não eram Secretários de Estado, nem famílias, nem amigos, nem conhecidos, mas eram todos portugueses e isso é que era relevante e todos tinham os mesmos direitos. -----

----- Quanto à intervenção do Deputado Ricardo Mendes, pedira a palavra para refutar um pouco, recordando que o documento da Estratégia do Turismo fora apresentado numa altura em que se tinha saído da pandemia, e tinha começado a guerra na Ucrânia, tendo sido apresentado um documento do PS sobre a guerra, e, portanto, a apresentação da Estratégia estava completamente fora do tempo, e a posição do MSU fora muito próxima àquilo que o Deputado Pedro Mendes dissera na altura. -----

----- O alojamento local, em Santiago viera permitir reabilitar toda a malha urbana da Vila. E achava que era de muito mau tom para quem investira, depois de se ter aproveitado essa reabilitação urbana, e em consequência disso, aumentar a segurança na freguesia porque estava tudo muito velho e estragado e agora tudo casas novas e reabilitadas, dizer às pessoas que fossem à vida delas. -----

----- Todos eram livres de fazer os próprios negócios. Podia-se pensar em não vender, mas era normal existir a pressão imobiliária, porque era o preço. Tudo tinha um preço quanto mais bens materiais, e daí estar a acontecer. Não havia volta a dar, mas existiam 2 fatores que deviam ser tidos em linha de conta na análise, reabilitação urbana e segurança. -----

-----**O Deputado Paulo Caetano** interpelou a Mesa para a atualização dos tempos.-----

-----**O Presidente da AMS** informou que o Deputado do MSU utilizara 9 dos 10 minutos atribuídos, o CHEGA tinha 11 minutos, a CDU utilizara 17 dos 19 minutos atribuídos, o PS utilizara 22 dos 17 minutos, o PSD utilizara 6 minutos dos 11 atribuídos, o BE utilizara 11 dos 10 minutos.-----

-----**O Deputado Paulo Caetano** referiu que somando tudo, dava 1 hora e 6 minutos e ainda sobravam 12 minutos, da 1 hora e 18 minutos destinada à intervenção dos Grupos, e, portanto, na verdade, a AMS ficara dentro do tempo estabelecido para o conjunto das bancadas fazerem as suas intervenções. -----

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**O Presidente da AMS** lembrou que, no total, sobravam 12 minutos e o tempo não fora extrapolado, mas por GM tinha havido quem conseguira cumprir e quem não cumprira, mas isso era uma organização de cada bancada e cabia à Mesa tentar ao máximo fazer cumprir os tempos.-----

-----**A Deputada Paula Rodrigues** disse lamentar que o GM do PS viesse falar sobre os tempos quando já não era a primeira vez que ultrapassava o tempo e exigia que fosse cumprido o Regimento, e já acontecera solicitar tempos de outra bancada que cedera gentilmente, e estava constantemente a referir aos prazos. Em democracia havia o direito à palavra e não devia ser retirada a palavra a nenhum deputado, e nessa medida, estando constantemente o GM do PS a referir-se ao cumprimento dos tempos, deveria dar o exemplo enquanto bancada. -----

-----Tomando o uso da palavra, o **Deputado Leonel Santos** disse que via muito pouco dinheiro gasto ou previsível para as forças de segurança, nomeadamente para a construção do Posto da GNR que era um dos temas que era falado no Relatório, pelo que solicitava informações sobre o ponto de situação porque apenas era referido que tinha havido reuniões, mas não explicitava o que fora tratado. Gostaria de ouvir o executivo falar sobre a segurança em Sesimbra, mais concretamente na construção do Posto da GNR na Quinta do Conde.-----

-----Respondendo ao Sr. Presidente da CMS, o Presidente da AMS disse que o executivo tinha 1 hora e 28 minutos. -----

-----Iniciando a sua intervenção o **Presidente da CMS** disse que queria dar 2 notas prévias, a primeira era que ele próprio e o restante executivo reconheciam o atraso do qual tinham de se penitenciar na entrega do Relatório da Atividade Municipal, e a forma como era apresentado que precisava de ser revista, literalmente.-----

-----Do ponto de vista do legislador, existiam duas situações que eram importantes, uma provavelmente mais subjetiva que também pediria a ajuda da AMS, e a outra mais objetiva. -----

-----Havia uma informação que trimestralmente tinha de vir à AMS, que era a prestação de contas trimestral, e esses quadros e mapas, por muito complexos que fossem tinham de ser parte anexa da informação municipal. -----

-----O legislador queria que trimestralmente o Presidente da Câmara apresentasse uma informação sobre a atividade daquele período e deixava ao livre-arbítrio a forma porque não existia um modelo de apresentação do documento.-----

-----Voltava a referir que o modelo utilizado fora emanado da Assembleia Municipal do ponto de vista daquilo que tinha sido a identificação das matérias que pretendia na altura, no âmbito até do próprio

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

sistema de gestão da qualidade. -----

-----Reconhecia que atualmente o documento fosse complicado e, portanto, deveria conter informação que fosse acessível e que as pessoas percebessem. -----

-----A CMS estava a trabalhar num modelo que eventualmente pudesse servir.-----

-----Também concordava que as agendas dos eleitos do executivo fossem irrelevantes, como muitas reuniões eram irrelevantes e eram colocadas na informação, fossem complexas ou não, e não existia essa obrigatoriedade. -----

-----De momento a CMS estava a criar e de uma forma muito insipiente e tinha de ser visto pelo sistema de gestão da qualidade, o modelo de informação que fosse de fácil leitura, com gráficos, sem prejuízo, obviamente dos anexos, mas pedia à AMS que pudessem dizer que informação efetiva e precisa é que os deputados municipais gostariam de ter trimestralmente: informações específicas, número de processos urbanísticos, número de pessoas entradas nos equipamentos municipais. -----

-----Na sua opinião não fazia sentido referir o número de livros que se davam e os que se vendiam porque era irrelevante. O Presidente da CMS ou os Vereadores ou mesmo o Presidente da AMS solicitavam à livraria municipal livros para oferecer. -----

-----A CMS já tinha um levantamento feito pelos serviços até do ponto de vista de comunicação, que começava com uma caracterização mais geral, com dados que até nem eram só do município como por exemplo a questão da taxa de desemprego, do número de inscritos no centro de emprego que a CMS conseguia ter quase trimestralmente, o parque automóvel, o número de trabalhadores no final do trimestre por carreira e categoria.-----

----- O Parque Auto, o número de quilómetros, a frequência nos equipamentos educativos, nos equipamentos culturais, o número de exumações. -----

----- As áreas de espaços verdes reabilitadas, as bolsas que eram entregues, os apoios nos transportes escolares, o número de publicações ao nível de comunicação de dados de acesso ao site, nas redes sociais, de produções gráficas. -----

-----O número de munícipes apoiados, os projetos de apoios, os cabazes alimentares distribuídos, as toneladas de lixo de resíduos recolhidos, que até estava bastante atualizado, o tipo de resíduo, o número de viaturas afetadas, os dados do turismo, os dados de fiscalização de execução do número de processos. -----

-----Ou seja, existia um manancial de informação que era fácil e a CMS conseguia fazer graficamente visível para todos e que podia ser pública, mas também solicitava à AMS que ajudasse. -----

-----Voltou a referir que o modelo atual fora construído com base no solicitado pela Assembleia

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Municipal. -----

-----A segunda nota que queria deixar tinha a ver com as 2 questões levantadas pelo Deputado Carlos Macedo e pelo Deputado Paulo Caetano, sobre os Planos de Pormenor Sul e Norte ou só Sul e só Norte.

-----Na última sessão da Assembleia lançou o repto ao qual não obtivera nenhum feedback que era disponibilizar toda a equipa para vir explicar à AMS tudo o que era para ser explicado. -----

-----Percebia que os documentos tinham sido disponibilizados no decorrer do dia, mas eram mais do que aqueles que tinham sido solicitados, e todos em formato digital e todos não depurados de nenhuns elementos de dados, portanto, tudo o que era original e que estava na Câmara. A sugestão que fazia, porque existiam perguntas que saberia responder e outras que poderia ter mais dificuldade, era que fosse uma reunião com todas as Comissões e que a reunião fosse gravada. -----

-----Curiosamente, não tinha muita dificuldade em responder às questões que tinham sido colocadas.

----- Os Deputados em questão poderiam discordar do modelo, mas fora colocado em causa o conteúdo. -----

----- Sobre a intervenção colocada relativamente ao Plano de Pormenor da Mata Sul disse que não existia, efetivamente, necessidade de discussão pública e isso estava bem justificado. Não existia necessidade porque poderia ser um processo de loteamento, como poderia ser um processo de certidão do plano que tinha efeitos registais. Portanto, o modelo em que era apresentado poderia ser certidão ou loteamento, e de acordo com um conjunto de entendimentos, e não só da Câmara Municipal, como era normal, não existia sequer necessidade, até porque o próprio plano, em si, fora objeto de discussão pública.

-----Sobre os índices de construção, sobre os pisos que estavam identificados no processo de loteamento e aquilo que estava no plano, explicou que os lotes que tinham sido constituídos no loteamento das parcelas 1 a 4 correspondiam integralmente àquilo que eram as parcelas P1 a P4, identificadas na planta síntese do Plano de Pormenor da Zona Sul da Mata de Sesimbra, nem mais nem menos, quer em áreas, em pisos, e em tipologia, portanto, era um *copy past*. Onde dizia parcela passara-se a determinar que era o lote para efeitos, obviamente de registo, e, portanto, não existia nenhuma diferença.-----

----- Percebia a intenção de colocar a questão, mas agradecia que verificassem as plantas, a planta síntese do Plano Pormenor da Zona Sul da Mata de Sesimbra e a planta síntese que fora entregue do loteamento e verificariam que o quadro sinótico era exatamente o mesmo das parcelas 1 a 4.-----

----- Relativamente àquilo que fora colocado da assunção de responsabilidades de manutenção de infraestruturas internas ao empreendimento, o Presidente da CMS referiu que fora das matérias mais complexa que se discutira. -----

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Tendo em conta que existiam 2 processos a decorrer, que não se tinham iniciado em simultâneo e com momentos diferentes, mas que tinham exatamente o mesmo princípio, que eram 2 contratos de urbanização complexos, tinha havido uma intenção clara da CMS de que não poderiam existir divergências naquilo que seria a narrativa e o articulado desses 2 contratos de urbanização.-----

-----Essa intenção levava obviamente a um trabalho árduo entre diversas equipas de advogados, quer do lado do Promotor, quer, obviamente, do lado do Município de Sesimbra. E uma das questões que se colocara e que fora uma decisão que se tivera de tomar, quer do lado da CMS, quer do lado do Promotor, tinha a ver exatamente com a titularidade das infraestruturas dentro do empreendimento. -----

-----O Deputado lera muito bem o artigo 4º, mas não fora ver os anexos, porque o que lá estava de servidões que tinham de ser constituídas a favor do município, nem eram os arruamentos, nem a rede de águas, nem a rede de esgotos, e muito menos, porque resultava da lei, a CMS ir fazer a recolha do lixo lá dentro, poderia fazê-lo se contratualizasse diretamente, porque os promotores tinham responsabilidade de o fazer. -----

-----As obras de infraestruturas externas eram exclusivamente da responsabilidade do promotor, porque se ia estar perante uma operação que equivaleria, em termos de linguagem, para que todos percebessem, praticamente a um condomínio. O plano de pormenor era omissivo nessa área e se as infraestruturas fossem públicas, obviamente que a responsabilidade seria do município. O Município sempre afirmara que elas não deveriam ser públicas e compreender-se-ia porquê, porque, de facto, do ponto de vista de manutenção, era um ónus elevado. Mas se fossem públicas todo o acesso a todo o empreendimento, onde fosse infraestruturas públicas, teria de ser público, e nunca poderia ser de acesso condicionado. -----

----- O que estava lá de servidão eram servidões de redes de infraestruturas gerais que atravessavam as parcelas e os lotes do empreendimento que eram públicas, entre as quais, que era o caso em apreço, uma adutora que vinha da estação de tratamento de águas residuais da Amieira, que a CMS, obrigatoriamente no contrato, lá colocara que ia levar água tratada para a rega daquele empreendimento. E era isso que lá estava e que tinha de ser constituída uma servidão. Ela não tinha de ser um caminho público, porque já estava debaixo do solo e tinha de ser constituída uma servidão, tal como redes que iriam servir essencialmente aquilo que seria não só aquele empreendimento, como outros que pudessem surgir, ou outras áreas, que tinham de ficar na esfera pública.-----

----- Tudo o que era iluminação, rede de águas, aliás, teria de ser um contador no acesso principal, sem prejuízo de poderem ter contadores interiores, rede de esgotos, pavimentos, vias de comunicação,

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

passeios, quer da Mata Norte quer da Mata Sul, eram da responsabilidade dos Promotores. -----

-----Os Deputados poderiam não concordar, mas não podiam dizer que a CMS não era transparente. Referiu depois e porque tinha havido um contrato de urbanização que estivera praticamente encerrado já há algum tempo, o da Mata Norte, uma situação fora alterada em função de uma nova ponderação jurídica. Na primeira versão, tinha havido o entendimento e muito da parte da CMS que não era corroborado por todos os juristas e por todos os advogados, de que, mesmo sendo obras de urbanização internas, ou seja, que ficariam sob a responsabilidade de gestão do proprietário, deveria ser prestada caução sobre as mesmas, porque a Câmara, no seu entendimento muito rebuscado, poderia querer fazer aquelas obras, substituindo-se ao proprietário. -----

-----Com a discussão que se fizera mais alargada, no contrato que viera a seguir, na discussão com um conjunto de juristas, verificara-se efetivamente que não existia lugar à prestação de caução para obras de urbanização internas de um condomínio que ficariam sobre a propriedade privada e não sobre a propriedade pública. E essa caução, que estava inicialmente prevista, fora retirada ao contrato de urbanização da Zona Norte. -----

-----O Presidente da CMS voltou a referir que os Deputados poderiam não concordar com os processos, mas não podiam pôr em causa aquilo que era a idoneidade das pessoas, o que, mais uma vez, tinha sido feito. -- -----

-----Deviam ler o contrato e os anexos e convocar uma reunião onde apresentariam todas as dúvidas aos técnicos que responderiam melhor do que ele.-----

-----A opinião do Deputado Paulo Caetano já era conhecida há 20 anos. Na altura tinha havido discussão e os Planos foram aprovados.-----

----- O Deputado soubera, da sua parte e em tempo quase real, como é que era o processo de negociações.-----

-----Respondendo à questão do Novo Banco, disse que o Novo Banco propusera que se revogasse, depois daquele loteamento, o Plano de Pormenor, e se aplicasse o PDM, sendo que PDM tinha os 700.000 metros dispersos por todas aquelas parcelas. -----

-----A resposta do Deputado fora que tinha sido uma oportunidade perdida. -----

----- O Presidente da CMS voltou a dizer que se devia discutir com os técnicos as questões técnicas, porque o plano pormenor já tinha sido discutido e aprovado há muitos anos. -----

-----Já explicara tudo o que tinha a dizer sobre a matéria do ponto de vista político.-----

-----Não estava inicialmente previsto no processo de revisão do PDM, e era público.-----

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- O Presidente da Assembleia Municipal tinha acesso à proposta do regulamento e se os Deputados perguntassem com certeza que iriam ver que o índice que constava para a Unidade Operativa da Mata de Sesimbra, estava metade daquilo que estava hoje. Estavam a falar dos 2 planos, concordassem ou não com eles, mais recentes do município, e tinham sido executados e aprovados já depois do município determinar a revisão do PDM. Tinha havido a perceção de que era preciso reduzir e tinha havido esse entendimento e essa negociação.-----

----- No futuro, iria obrigar a uma revisão do plano de pormenor, porque se a CMS ia reduzir a capacidade construtiva e tinha um plano com 700.000 m de STP, e ia dizer que só era possível, naquela unidade, fazer 350.000, e 130.000 já estavam naquele loteamento, era uma questão de aritmética. -----

-----Aceitava a discordância se se queria um modelo de concentração, um modelo de dispersão, mas era uma discussão que não era para este momento.-----

----- O que estava de momento no PDM de Sesimbra, que já devia estar revisto, e teria uma primeira reunião no dia 20 já com os pareceres, e bastava ver o que estava no regulamento para aquela unidade de execução, se era 0,01 ou 0,005, bastava ler. Mas, aquilo aplicado ao território, no mesmo modelo, continuava a dar, no somatório das parcelas, 350.000 metros de construção. Se elas eram dispersas ou concentradas era uma discussão grande que se teria de ter, mas com certeza que teria de ser revisto. ---

-----Não seria possível que um Plano de Pormenor violasse o futuro PDM porque neste momento não violava. -----

-----O que se passara ali era criar dúvida nas pessoas. -----

----- Nunca fugira a nenhuma pergunta, e sempre dissera que a CMS estava a negociar, e a rever claramente em baixa o que lá estava. -----

-----Se perguntassem se amanhã alguém colocasse o loteamento para as fases 2 e 3 com o remanescente dos 570.000 metros de construção, se estaria válido, a resposta, com toda a franqueza, era que estava válida. Como estava válida o da Mata Norte com 600.000, que tinha um contrato de urbanização, mas também dizia que mesmo aquilo que eram compromissos que estavam assumidos, ultrapassassem e extravasassem o índice de construção, que no próprio PDM se previa que caíam se não fossem concretizados na data, e isto correspondia exatamente à Mata Norte, mais do que à Mata Sul. --

-----Informou de seguida que o Novo Banco estivera na reunião com um Promotor.-----

----- Sendo público que a vontade da Câmara era só autorizar 50% daquilo que o próprio PDM previa, perguntava se alguém iria submeter agora um loteamento para 2 fases. Alguém acharia que a Câmara iria aprovar num ano uma situação que estivera quase 3 anos para discutir e aprovar.-----

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Perguntava se alguém iria gastar 40 ou 50.000.000 em obras de infraestruturas que estavam previstas também no remanescente do plano de acessibilidades. Não ia. -----

----- O Plano de Pormenor estava em vigor. -----

-----A CMS tivera uma sugestão do proprietário que referindo que uma vez que o problema da fase um já estava resolvido, se revogasse o Plano de Pormenor. Esta sugestão tinha sido apresentada numa reunião e sabia-se lá porquê... -----

-----Prosseguindo a sua intervenção, o Presidente da CMS respondendo à Deputada Sandra Carvalho sobre os eventos e a capacidade de resposta disse que de facto, depois da pandemia e particularmente até ao Verão, tinha sido um processo mais complexo, o que era perceptível não apenas com os eventos do Município, mas sobretudo também do conjunto do movimento associativo. -----

-----O essencial fora a retoma da vida pública e da atividade cultural, desportiva, recreativa. Era verdade que o Município sentira muitas dificuldades. Os trabalhadores do Município tinham tido um trabalho ultra redobrado. Para o ano 2023 já havia a expectativa de que não seria melhor, e percebia-se, porque as pessoas queriam voltar para a rua, para as atividades. -----

----- Concordava que os trabalhadores tinham tido um papel fundamental desde os trabalhadores das obras, das águas, do saneamento, da recolha do lixo, dos espaços verdes, do trânsito, do som, etc.. -----

-----Tinham sido requisitados para colocar luz, som, tudo e mais alguma coisa. Era claro que a CMS também teria de começar a regular os pedidos e as respostas porque começava a ser difícil. -----

-----Felizmente que o Concelho ia tendo cada vez mais associações e mais dinâmica que não tinha a ver com a atividade dinamizada pela autarquia ou pelas autarquias, mas a CMS estava a sentir dificuldade na capacidade de resposta e teria de criar alguns critérios. -----

-----Respondendo ao Deputado Pedro Mendes disse que o *foodlink*, aparentemente correria bem. ---

-----A questão sobre a recolha de monos também levantada pelo Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, era uma questão recorrente em todas as sessões e a Autarquia continuava a ter a mesma dificuldade. -----

-----Se contratava mais pessoas e mais meios para um serviço teria de descalçar outros que também precisavam. -----

-----Sem prejuízo da necessidade de se tentar uma via de atuação mais coerciva sobre os cidadãos que provavelmente teria de acontecer, também existia um grande trabalho de sensibilização que tinha de ser feito. --- -----

-----O trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia do Castelo, por iniciativa própria e autonomia,

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

sobretudo em zonas onde existiam grandes aglomerados de depósito verdes e de monos, de deixar floreiras à volta com cartazes de incentivo, fora, sem dúvida, uma grande ação de sensibilização e dava os parabéns porque viera, sem margem para dúvidas, mitigar em muito, nem que fosse pela vergonha das pessoas irem depositar num espaço verde que era mantido, à volta dos respetivos contentores. -----

-----Sobre o atendimento complementar no Centro de Saúde de Sesimbra e a contratação de médicos, informou que os colegas do executivo sabiam e também não escondia do órgão deliberativo, que a Câmara fora confrontada pelo Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida, com uma dificuldade que, aliás, era comprovada pelos mapas que a CMS tinha, e mesmo discordando da proposta, a Autarquia tinha de olhar para a institucionalidade dos 2 organismos, o Município e o ACES. A CMS, apesar de não ter decisão sobre a matéria, fora confrontada pelo ACES com o argumento de que não reuniam condições de conseguir ter médicos no Atendimento Complementar de Sesimbra por questões de proximidade. -----

-----Confrontado com o mapa do serviço de atendimento complementar na Vila de Sesimbra, que desde o início do ano, em todos os meses, tinha menos de 50% de dias com médicos e enfermeiros. Portanto, o atendimento complementar, sobretudo até nos meses de Verão estivera aberto, em menos de metade dos dias, sendo a grande incidência aos fins de semana. -----

-----Os dados provavam que 40% dos atendimentos do ACES na Vila de Sesimbra eram atendimentos de utentes da Quinta do Conde que não tinham médico de família porque os que tinham médico de família na Unidade de Saúde Familiar tinham acesso à consulta aberta cujos médicos tinham 6 vagas por dia para as fazer, e os utentes da Quinta do Conde, não tendo médico de família, não tinham consulta aberta e só tinham consulta por marcação. -----

-----Portanto, 40% dos utentes que vinham usufruir do atendimento complementar em Sesimbra eram utentes da Quinta do Conde e de outros concelhos até pela incidência de segunda habitação, etc. -----

-----Fora isso que o ACES comunicara, ou seja as dificuldades, e o que estava a pensar implementar, e, no essencial para dizer para a Câmara não fazer um grande alarido, porque tinha aquelas dificuldades que fora suspender durante os dias de semana em Sesimbra o atendimento complementar durante os próximos meses e particularmente até à época alta, e citando, *“até porque faltava um médico na Unidade de Saúde Familiar, que tinha entretanto sido recrutado e, portanto, a Unidade de Saúde Familiar estava completa e podia dar resposta, em consulta aberta, aos utentes da freguesia de Santiago, e deslocalizar esse atendimento complementar para a Unidade de Saúde da Quinta do Conde.* -----

-----Portanto, o atendimento complementar durante a semana seria na Quinta do Conde, o que significava que um utente sem médico de família das freguesias de Santiago e Castelo, que era residual,

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

portanto estava a falar de um número muito pequeno, teria de ir à Quinta do Conde, e um utente de segunda habitação que também tivesse casa na freguesia do Castelo e de Santiago, durante a semana, teria de ir à Quinta do Conde também. Durante o fim de semana mantinha-se, em funcionamento, o atendimento complementar na Freguesia de Santiago. -----

-----A CMS respondera que não era aquilo que pretendia, mas sim um centro num lado e um centro no outro, mas que percebia a dinâmica, e que de momento, se existia aquela dificuldade, era preferível ter no computo geral, um atendimento complementar a funcionar todos os dias que seria na Quinta do Conde e durante o fim de semana em Sesimbra, e haver a garantia que funcionaria sempre. -----

-----Tinha havido uns problemas iniciais com a tal consulta aberta e com a Unidade de Saúde de Sesimbra, que não fora tão rápida quanto se pretendia. E efetivamente suspendera-se o atendimento complementar em Sesimbra, sem ter aberto, efetivamente, na Quinta do Conde.-----

-----Ainda não tinha informação que tivesse aberto na Quinta do Conde. A única informação face à insatisfação do seu Diretor é que estavam a fazer os possíveis para abrir na Quinta do Conde. -----

-----Portanto, aquele era o quadro que existia no momento, que obviamente era terrível e que, até pelo impacto que tinha, iria depois criar a jusante nos centros hospitalares, sobretudo no serviço de urgências. -----

----- Sobre as questões colocadas pelo Presidente da Junta da Quinta do Conde sobre os lixos dos contentores também já respondera. A CMS reconhecia a sua dificuldade. -----

----- Sobre o problema da Senhora disse que só se Câmara tivesse um funcionário e uma carrinha todos os dias à porta da Sra. em questão. Obviamente, a Sra. tinha de ser internada. A Câmara não conseguia fazer mais do que aquilo que fazia e a verdade era que a entidade que tinha, de momento, a responsabilidade, era o Ministério Público, que tinha de decidir o seu internamento. Aliás, a Sra. já estivera internada uma vez e saíra. -----

-----Sobre a transferência de competências era um facto, e já o dissera na última Assembleia e deixava o repto também ao Presidente da Junta. Nos últimos 16 anos, em 12, as alterações ao processo de transferência de competências tinham sido propostas pelas juntas. Nos últimos 4 anos tinha sido a Câmara que acertara os detalhes, inclusivamente os valores. -----

-----Se calhar a recolha de monos poderia ser um bom princípio também, portanto, ver se existiam as condições necessárias para fazer a recolha de monos. A CMS continuava a ter abertura para negociar, mas aquilo que estava a dizer de momento, porque percebia que a CMS não estava a conseguir também avaliar, era que do lado da Junta se fizesse essa avaliação. Ele próprio enquanto presidente de junta fizera essa

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

avaliação durante 12 anos para as 3 juntas, e nem sequer fora por proposta da Câmara Municipal, mas por proposta das juntas de freguesia. -----

-----Sobre os 300.000 EUR da Feira Festa disse que iria apurar efetivamente qual fora a receita, mas garantia que não seriam 300.000 EUR nem de perto, nem de longe. -----

----- Tinha a informação de que a Festa das Chagas tinha uma receita superior à Feira Festa, mas também carecia de confirmação. -----

-----Sobre a questão colocada pelo Deputado Miguel Nunes disse que efetivamente, quando se olhava para a execução, sobretudo das Grandes Opções do Plano, costumava dizer que no início existiam 120.000 EUR previsíveis, gastavam 60.000, e não queria dizer que a Câmara tivesse de gastar 120.000, porque poderia não ter os 120.000. Era uma previsão que se fazia. Existiam outras rubricas onde estavam previstas gastar 200.000 e a CMS gastava 400.000 ou 500.000. As obras vinham sofrendo grandes derrapagens na verdadeira assunção da palavra, por questões sobretudo de equilíbrio financeiro. Das grandes empreitadas que estavam a decorrer, o valor que se estimava para o final da empreitada rondaria entre 30 a 40% face ao valor de adjudicação, o que era bastante considerável.-----

----- Sobre as questões da política de Juventude informou que política de Juventude não se media no valor que estava no orçamento da Juventude, até porque ele era transversal, mas tinha havido a oportunidade, até há pouco tempo, de uma discussão, como outras matérias, numa Comissão onde estivera o Deputado Germano Barros, onde o técnico, até no âmbito da proposta da criação da Comissão Municipal de Juventude, explicara aquilo que era a visão técnica, mais do que era a visão política.-----

-----Sobre as questões do Deputado Paulo Caetano, disse que parte já respondera. Sobre a Miss portuguesa, a avaliação que o Deputado fazia sobre o evento em si ou sobre a matriz do evento, poderia ser diferente da sua, ou do Vereador Nelson, Vereador Polido, ou Vereadora Argentina, que fora quem tramitara o processo. Tinham estado todos como estavam numa procissão. Não tinha de ser crente para estar numa procissão ou ir à missa, mas sim porque era convidado. E normalmente, às missas e procissões, costumava ir o executivo em peso.-----

-----Registava a apreciação feita. Não sabia se era a apreciação do GM do Partido Socialista, ou se era pessoal. -----

-----Sobre os concessionários das pedreiras, informou que tinha havido uma reunião de abordagem. Como era do conhecimento, a CMS tinha de momento uma estimativa de custo de cerca de 2.000.000 € para a reabilitação da estrada. Podia dizer que de momento, e também sem compromisso, é que tinha havido abertura dos concessionários para comparticiparem na obra, que era exigente e elevada, e que

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

previa para além da pavimentação, a criação dos passeios e, sobretudo, do encaminhamento das águas residuais. Tinha havido abertura e a CMS ficara de enviar o projeto revisto com algumas notas que eles tinham dado, nomeadamente de o traçado da via em vez de ser 2,75 – 2,75, ser 2 faixas 3,3 o que implicava uma redução no projeto que a CMS tinha do passeio de 1,60 para 1,5, mantendo os pressupostos legais. A redução da berma de águas residuais de 80 para cerca de 60/50. A CMS estava a estudar e iria enviar, nos próximos dias, para apreciação. -----

-----Sobre a Casa do Infantado deu conhecimento que não existia novidade de momento. O que avançara depois da assinatura do acordo de gestão fora o facto do gabinete de arquitetura da CMS estar a trabalhar no processo de projeto da Casa do Infantado.-----

----- Prosseguindo o Presidente da CMS disse que já respondera à questão do Novo Banco.-----

----- Sobre a questão da reunião com o proprietário do aterro, informou que tinha havido um contacto informal do proprietário que queria reunir com a Câmara e ficara até pré-agendada uma data com a Proteção Civil e o Presidente da CMS, porque no entendimento da CMS, face até às circunstâncias que envolviam, o timing em que as coisas estavam colocadas e o enquadramento que se conhecia, iria ser testemunha no processo de audiência de Tribunal, no dia 14 de fevereiro. -----

-----No decorrer da presente semana fora enviado mais um conjunto de dados para o Ministério Público. -----

----- Obtivera de certa forma alguma informação oficiosa de que teria terminado o estudo no aterro por parte da empresa a quem fora adjudicado. Não tinha havido qualquer informação contrariamente ao último ofício que recebera da CCDR, que dizia que assim que tivesse terminado, reencaminhariam, mas até à data, formalmente e, portanto, por parte da CCDR não recebera. Aliás, a informação que tinha, como dissera, era oficiosa e não podia comprovar. -----

-----Sobre a localização do SUPER BOCK SUPER ROCK disse que tinha havido uma reunião e estava previsto haver uma deslocalização para uma parcela do mesmo proprietário do campismo e do estacionamento, na proposta do Promotor. Eram terrenos privados que estavam fora da classificação COS da Direção Geral do Território. O solo das parcelas onde se pretendia localizar a parte de estacionamento não estava classificado como área florestal. -----

----- O promotor, neste momento, estava a salvaguardar que se fossem colocados os mesmos constrangimentos, não iria ter problemas. -----

-----Sobre a questão do PRR respondeu que o PRR era muito vasto, mas o que o Município tinha neste momento eram contratualizadas o programa das Comunidades Desfavorecidas com as 2 operações

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

integradas locais, Castelo e Quinta do Conde, que tinham investimentos materiais e imateriais, portanto, 2.000.750€ cada uma delas, e isso estava contratualizado, tendo a CMS já recebido 13% de adiantamento ainda no final do ano. Tinha contratualizado já 1.350.000€ para a reabilitação de todo o parque de habitação pública de Almoinha. -----

-----Tinha em candidatura, ainda sem aprovação, a nova Unidade de Saúde Familiar da Quinta do Conde.- -----

-----Elegível para os municípios estava de momento na calha, a operação de aquisição de 90 fogos, cujo aviso fora aprovado pela Assembleia Municipal, para habitação pública, na freguesia do Castelo. -----

----- A possibilidade do lançamento do aviso para a aquisição, até 32 fogos, na Freguesia de Santiago, e um processo de alteração que deveria vir à Assembleia Municipal sobre a estratégia, no caso, da Quinta do Conde, onde se passariam alguns fogos de construção para aquisição também, tendo em conta que existia no mercado, de momento, a possibilidade de ser mais fácil a CMS ir à aquisição do que eventualmente em processo de construção. -----

-----Relativamente à questão da ADREPS, e Mar 2020, disse que a CMS tinha 2 candidaturas aprovadas, que tinham sido abertas exclusivamente como tendo destinatário o Município de Sesimbra, que era a única entidade elegível, e que tinha a ver essencialmente com uma operação na Freguesia de Santiago, que era grosso modo, entre outras coisas, a construção do célebre passadiço entre a Prainha e a entrada do Porto de Abrigo. E a valorização sobretudo da área da Lagoa de Albufeira, com intervenções desde o moinho baixo até ao espaço interpretativo da Lagoa Pequena. -----

-----O que acontecia era que a candidatura abria em tempo recorde em janeiro de 2022. A CMS em tempo recorde, conseguira entregar a candidatura, mas os processos, os procedimentos pré-contratuais que tivera de fazer no caso da Lagoa de Albufeira e ainda não terminado, apesar de estarem os 2 processos em Concurso Público, por questões relacionadas com os pareceres das entidades, em particular a CCDR e ICNF, a APA protelara o lançamento do procedimento e tivera de levar a alteração do que estava inicialmente projetado, e em Sesimbra, porque o projeto que a CMS candidatara em tempo recorde era um projeto das Infraestruturas de Portugal para um passadiço, e a empresa que fizera o projeto de execução já não existia, e não se conseguindo encontrar os técnicos e não obtendo os termos de responsabilidade, a CMS tivera que fazer um projeto novo. -----

-----O prazo de execução terminaria em 31/12/2022 e a CMS iria tentar não perder o financiamento que ainda por cima era de 85%, uma vez que tinha as 2 candidaturas com os processos de concurso Público a decorrer. -----

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A CMS já enviara as justificações para a Entidade Gestora do Mar 2020. A única evidência que tinha de momento eram os procedimentos que estavam a decorrer. -----

----- Sobre as questões colocadas pelo deputado e representante da Freguesia do Castelo, Ricardo Dias, disse que já referira o projeto “Não polua evolua”, mas também queria valorizar a questão das tradições e ruralidades que era um excelente projeto, também desenvolvido pela Junta de Freguesia do Castelo. ----

-----Sobre a situação da escola secundária da Quinta do Conde, colocada pelo Deputado Vitor Antunes disse que gostaria de ter algo para lhe dizer, mas só tinha uma mão cheia de nada. -----

-----A informação que fora prestada em sede sobretudo da Comissão de Acompanhamento aos respetivos Agrupamentos, era uma informação que colidia brutalmente com aquilo que estava a ser negociado com os municípios, que era que todas as verbas dos pactos dos programas operacionais fossem redirecionadas para a construção de escolas secundárias ou reabilitação de escolas de 2º, 3º ciclos e secundárias, o que era estranho, porque no caso da Área Metropolitana de Lisboa, o cenário de distribuição pelas diversas prioridades de investimento entre os municípios tinha sido fechado, assim como a distribuição pelo sistema de perequação entre os 18. -----

-----Já questionara a Área Metropolitana e a Associação de Municípios e do lado de lá, o que tinha era um grande desconhecimento. -----

-----Sobre as questões colocadas pelo Deputado Pedro Mesquita, disse que não conseguia nem lhe competia responder às perguntas sobre o SNS. A única coisa que podia dizer era o reconhecimento que a CMS tinha das debilidades e das deficiências existentes no Concelho, que já tinham sido transmitidas. ---

----- Referiu que tinha havido total reconhecimento do Ministro na reunião que tivera com a CMS de que a questão de momento era altamente problemática e que não tinha a ver com a falta de médicos. Era uma perceção empírica que muita gente tinha. Existiam muitos mais médicos no sistema, que não era o público, do que existia há uns anos atrás. Não havia era atratividade para que os mesmos estivessem no Serviço Nacional de Saúde. Portanto, existia uma clara deslocalização dos profissionais de saúde para o setor privado, que era um setor complementar para quem podia e tinha essas condições, não era o serviço público de saúde.-----

-----Ficara agendada uma nova reunião até ao final do mês de janeiro, em Setúbal e uma visita aos 2 hospitais. -----

-----Também se abordara as questões da saúde primária, que era reconhecida, e confessava que existia por parte do Ministro o reconhecimento das debilidades e provavelmente também daquilo que pudessem ser as soluções, assim houvesse, para além da vontade transmitida pelo Ministro, a capacidade de

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

concretizar, que às vezes tinha de ser também com o apoio dos seus colegas do Governo, em particular de quem geria as finanças que já fora autarca e sabia os problemas que as autarquias tinham.-----

----- Sobre as questões da urbana da Quinta do Conde, ela já fora colocada e neste momento estava a haver o acerto ainda de alguns detalhes da rede, porque, infelizmente, ainda não estava implementada na totalidade. -----

----- Dos dados que tinha do lote 3, na globalidade, era que dos acertos que já se tinham feito, já se chegara quase ao limite dos 10% que tinha contratualmente previsto, de margem para fazer a mais. Eram os acertos com grande incidência em Almada, onde tinha havido um grande problema com a rede. -----

----- Sobre as questões colocadas pelo Deputado Ricardo Mendes disse que não conseguia perceber o alcance das questões colocadas, identificando o Presidente e o executivo municipal daquela responsabilidade. A Sra. Vereadora que tutelava o turismo e para quem fora dirigida a recomendação era do Partido Socialista. Ou existia uma tentativa de branquear, por um lado, que o Partido Socialista não tinha vereadores e que a responsabilidade de tudo o que não corria bem era do Presidente da Câmara e da força política maioritária, ou alguém queria passar a perna, neste caso a uma Vereadora por algum motivo da sua força política. -----

----- Ele próprio era frontalmente a favor daquilo que colocara. Era de opinião que tinha de começar a existir o regulamento de contenção, e existindo legislação que habilitasse, e que existia de momento, tendia a achar que a CMS devia, para além de conter por tipologia, mais do que propriamente de uma forma cega, porque existiam boas operações, sobretudo quando eram estabelecimentos de hospedagem, mas, tendia também a achar que de momento poderia não ser suficiente conter e ter eventualmente de ser aplicada uma penalização ou uma discriminação negativa, conforme a lei hoje permitia, a partir de Janeiro, sobre alojamentos locais. Portanto, não só conter como também penalizar, tendo como objetivo a transformação num arrendamento de longa duração, aliás, em linha com aquilo que a CMS, com as ferramentas que tinha, aprovara em sede de benefícios. -----

----- Não tinha dúvida nenhuma, tal como já o afirmara várias vezes e num quadro, eventualmente até de reforço de necessidades sobre o peso que isso teria nas infraestruturas públicas, particularmente, até na recolha do lixo e, entre outras, devia existir uma taxa turística. -----

----- O número de alojamentos locais que a CMS tinha em função daquilo que era a taxa de ocupação, e depois fazendo a correlação com o rendimento que a tipologia do alojamento local tinha, existia uma discrepância brutal. Entre a taxa de ocupação que era registada e o rendimento que era conhecido, existia uma decalagem grande, o que significava que provavelmente, do ponto de vista da taxa turística, existia

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

muito trabalho ainda a fazer que não era da responsabilidade do município. Existiam matérias que deviam ser amplamente discutidas entre as 2 forças políticas, e o regulamento quer de contenção do alojamento local, quer de discriminação negativa, quer de implementação da taxa turística, era, obviamente, uma matéria que tinha de ser acordada. -----

-----Do ponto de vista da CDU, nunca numa reunião de Câmara ou numa proposta de Câmara, iria fazer uma proposta que não fosse do seu pelouro e que não estivesse concertado. -----

-----Se era uma matéria relacionada com o turismo, por muito que a opinião da CDU fosse aquela, se não existia uma convergência ainda total, nunca iria apresentar uma proposta de um pelouro que não era o seu porque era uma questão de ética, essencialmente, num quadro que se pretendia de convergência, mas tinha de se trabalhar para essa convergência. -----

----- Não podiam colocar no Presidente da Câmara todas as matérias. Cada pelouro tinha obviamente a sua capacidade e dinamizava as respetivas propostas relativamente a cada uma das matérias, e aquela era claramente uma matéria que teria de ser vista em sede do pelouro do turismo. -----

-----Respondendo ao Deputado Leonel Madail, disse que sobre a questão do licenciamento de software a adjudicação fora à CLARANET feita por critérios materiais ao abrigo da alínea a), do número 1, do artigo 26º do CCP. Portanto, não era um concurso público e fora uma adjudicação com base em critérios materiais. -----

-----Sobre a questão do Centro de Saúde disse que o de Sesimbra era uma Unidade de Saúde porque tinha previsto no seu programa funcional, para além da Unidade de Saúde Familiar, o atendimento complementar, as consultas de planeamento, portanto, a dimensão total dos serviços que podiam estar dentro de uma unidade de saúde. -----

-----Na Quinta do Conde, o atual Centro de Saúde tinha uma Unidade de Saúde Familiar e uma Unidade de Serviços Personalizados, que era ligeiramente diferente da Unidade de Saúde Familiar, porque não existia atribuição de médico de família aos utentes. Era um serviço que se prestava a um conjunto de utentes que não tinha médico de família, com consultas programadas, com um conjunto de serviços. Até existia uma desvalorização remuneratória dos médicos. Era um modelo antigo dos centros de saúde. ---

-----O que estava previsto para a Quinta do Conde, e era a candidatura que referira atrás e que a Câmara assumira fazer substituindo-se à administração central, era um projeto da administração regional de saúde, para construir uma nova Unidade de Saúde Familiar na Quinta do Conde. Ou seja, existia neste momento, cerca de 8.000 utentes sem médico de família registados. Havia uma perceção, pelo menos empírica de todos, de que o número poderia ser maior se as pessoas deixassem de estar registados nos locais onde residiam originalmente, porque ninguém queria perder médico de família, sabendo que na

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Quinta do Conde não existia essa resposta, mas registados existiam cerca de 8.000. Com a criação da nova Unidade de Saúde Familiar no local do antigo centro de saúde, dar-se-ia resposta a 11.400 utentes. -----

-----Desconhecia, do ponto de vista de planeamento, quer do Agrupamento de Centros de Saúde, quer da Administração Regional de Saúde, o que é que fariam com as instalações que de momento estavam a ser ocupadas pela Unidade de Cuidados dos Serviços Personalizados, se mantinha a Unidade de Cuidados dos Serviços Personalizados, se transformava em instalações para o Atendimento Complementar, ou se seria para outras consultas de planeamento.-----

-----Na sua opinião faria sentido, pelo menos, ter um Atendimento Complementar mais alargado, mas de momento, o que era importante, era ter a Unidade de Saúde Familiar da Quinta do Conde. -----

-----A candidatura estava feita. Tinha havido durante a semana, um conjunto de pedidos de esclarecimentos colocados ao Município que juntamente com a ARS, estava a responder. Esperava que fosse aprovado no primeiro trimestre o que significava que provavelmente o lançamento do concurso ocorresse ainda em 2023.-----

-----A Freguesia do Castelo, de momento, tinha poucas pessoas sem médico de família, cerca de mil. Santiago tinha 10.000 pessoas registadas na Unidade de Saúde Familiar, portanto, mais do que eram, que eram cerca de 5000. Portanto, existia ainda uma margem de cerca de 2000 também para a Unidade de Saúde Familiar. Colocara-se em tempos a possibilidade de alguns utentes da Freguesia do Castelo ficarem também incluídos com médico de família na Unidade de Saúde Familiar de Sesimbra, mas isso era uma matéria de reserva de decisão do Agrupamento dos Centros de Saúde. -----

-----Iria haver uma clara melhoria do ponto de vista de instalações com a nova Unidade de Saúde de Sesimbra e com a previsível nova Unidade de Saúde Familiar da Quinta do Conde. Assim, houvesse também capacidade para ter os recursos humanos para dar, obviamente, a resposta, particularmente também alargando o horário e, se possível, os meios de diagnóstico que seriam importantes. -----

-----Sobre a questão colocada pelo Deputado João Castanho disse que tinha havido uma reunião com a equipa da Unidade de Saúde Familiar de Sesimbra, que estava de momento a desempenhar funções, com a equipa projetista da Câmara, solicitando algumas alterações, algumas de relevo, outras de menor importância. A proposta tinha a ver com a abertura de um novo acesso, deslocalização de uma parte do balcão de atendimento, deslocalização de uma zona de frios que pensava que era onde se guardavam as vacinas. Eram oito situações propostas pelos técnicos que iam lá trabalhar, mas apenas uma fora validada pela Administração Regional de Saúde. A Câmara tinha de cumprir o programa.-----

-----Sobre as esplanadas esclareceu que esperava que na próxima semana tivesse um mero estudo de

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

implantação, sobretudo nos 2 lados da marginal onde se colocava uma eventual solução para estacionamento de motociclos, e não queria ter a reunião sem ter também a solução que queria implementar. -----

-----As orientações que os serviços municipais tinham de momento, era que não existiriam mais licenciamentos extraordinários. Como era do conhecimento, aqueles licenciamentos tinham caducado a 31/12/2022 o que significava que estavam todos irregulares. A CMS não estava a ser coerciva ainda porque queria marcar a reunião mais alargada. A matéria já fora abordada com a ARESP que era de certa forma a maior associação e que representava a maioria dos operadores da área, que compreendia e estava obviamente em linha com aquilo que era o pensamento do Município relativamente à retração da expansão de esplanadas.-----

-----O que estava em cima da mesa de momento era eliminar qualquer esplanada do lado do paredão do mar e no lado da via mais a norte, junto aos edifícios, e pelo menos deixar uma faixa de 1 m e meio entre a esplanada e a maioria dos pinos, e a estrada e a via. E depois, obviamente, uma sinalização também de reforço de sinalização da via para velocidade, tentando que não se colocassem lombas, que já fora sugerido e pedido mais do que uma vez. -----

-----Respondendo à Deputada Paula Rodrigues sobre as arribas do Porto de Abrigo, disse que a única informação que dispunha era uma reunião da CMS com a IP onde tinham sido trocadas impressões entre a administração portuária e a DOCAPECA, mas o município nem tinha conhecimento do projeto.-----

-----A via já estava aberta e em princípio a operação já estava realizada.-----

----- Sobre as questões colocadas pela Deputada Andredina, disse que não conseguia responder porque tinham sido 2 reuniões da Vereadora Felícia Costa. Deduzia que tivesse a ver com a parceria que existia da Câmara de alargamento da rede de distribuição de alimentos. -----

-----Respondendo ao Deputado Rui João Rodrigues disse que de facto, não existia qualquer possibilidade de a Câmara proibir a venda. Era uma matéria que o executivo já abordara que era a possibilidade de alargamento da Área de Reabilitação Urbana, até por questões de acesso a benefícios fiscais, mas dentro da Área de Reabilitação Urbana, a Câmara já gozava do direito de preferência, em todas as transações imobiliárias. A Câmara não tinha capacidade financeira para adquirir pelo valor que eram transacionados e que eram publicitadas as vendas. A CMS tinha adquirido uma casa na Quinta do Conde que serviria para habitação pública.-----

----- Sobre as questões de ação social e a atividade da Sra. Vereadora Felícia Costa colocadas pela Deputada Cláudia Mata, o que sabia que acontecera, mas não sabia pormenorizar, era que fora feito o

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

trabalho possível para a CMS poder eventualmente receber as competências a 1 de janeiro. Tinha havido um acordo assinado a 3. Uma das questões do acordo assinado entre a Associação dos Municípios e o Governo fora a possibilidade de protelar. Sesimbra vira mais do que duplicar a verba que estava prevista para o processo de descentralização que significaria claramente um subfinanciamento e utilizara o mecanismo para acertar detalhes. -----

-----Uma das questões era aumentar de 1 para 4 técnicos de RSI, portanto, era significativo. Neste momento estava previsto 1 técnico por cada 100 atendimentos. -----

-----Fora aprovada na última reunião de Câmara, por maioria, a prorrogação até dia 3 de abril e, com certeza, seriam realizadas reuniões com a segurança social. O Vereador Miguel Fernandes sabia o que custava, do ponto de vista de adaptação de sistemas informáticos porque vinha sendo desgastante para o serviço de tecnologias e sistemas de informação. -----

-----Também seriam realizadas reuniões com o Serviço de Finanças e Contabilidade para acomodação daquilo que eram as verbas previstas na descentralização. -----

-----Poder-se-ia discordar, mas a CMS assumiria de acordo com a lei. -----

-----Sobre a GNR e o Posto Territorial disse que de momento, existia um protocolo entre a Câmara, a Secretaria-Geral do MAI e o Comando Nacional da GNR. A CMS propusera a construção de um novo quartel e dissera que estava em condições e já identificara o terreno. -----

-----O protocolo inicial tinha 2 anos, e começara-se a fazer o projeto, mas tinha havido indicações por parte da Secretaria-Geral da MAI para parar. A CMS já realizara as démarches necessárias e já assinara um novo protocolo há sensivelmente 2 meses. -----

-----O protocolo dizia que a Câmara era responsável por fazer o projeto de execução, e depois seria responsável pela obra e isso daria lugar a um contrato inter-administrativo de financiamento entre o Ministério da Administração Interna e o Município de Sesimbra. Muito concretamente diria que estava, pelo menos, a uma distância de 1 ano, para perceber se existiam condições, ou não, de se construir. ----

-----Interveio o **Vereador Márcio Souza** que após cumprimentar todos os presentes respondeu ao Deputado Paulo Caetano dizendo que o Presidente da CMS já esclarecera a questão da reunião com o proprietário do terreno do aterro do Zambujal, que não se realizara porque o proprietário argumentara que não era pertinente realizar a reunião porque não existia solução para o assunto. Aguardava-se a marcação da reunião de forma a conhecer o resultado das análises e resolução do problema. -----

-----Quis depois solidarizar-se com a representante da Comissão de Utentes de Saúde da Quinta do Conde em defesa da saúde. Lamentava que não estivesse uma pessoa representando a educação e

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

representando também a segurança. -----

-----Sobre a questão colocada pelo Deputado do PSD, Leonel dos Santos, sobre o suporte básico de vida, respondeu que fora um exercício realizado nas 3 Freguesias do Concelho, no qual participara ativamente e contara também com a presença de alguns Deputados Municipais, nomeadamente o Deputado João Castanho que felicitara o evento. Servira para dar a conhecer como prestar os primeiros socorros.-----

-----Fora um exercício muito bem acolhido realizado entre o Gabinete Municipal de Proteção Civil e os Bombeiros Voluntários de Sesimbra, e ficara o pedido da população, inclusive de alguns professores e diretores de escola, para que o mesmo fosse realizado mais vezes em equipamentos educativos.-----

-----Cedido o uso da palavra ao **Vereador José Polido**, o mesmo cumprimentou todos os presentes e quem assistia a partir de casa, e respondendo ao Deputado Pedro Mendes, esclareceu que o *foodlink* era uma rede para a transição alimentar da área Metropolitana de Lisboa e que decorria de um projeto que era o ROBUST e, como o Município pertencia à rede, tinha sido visitado, tendo sido realizada uma deslocação ao Porto de Pesca e por grande surpresa, a grande maioria das pessoas que estava naquela rede, desconhecia que o Porto de Pesca de Sesimbra era o maior Porto de Pesca do País. -----

-----Tinham tido a oportunidade de visitar um barco a descarregar, fazer uma visita à lota. -----

-----O projeto integrava todas as Câmaras Municipais da Área Metropolitana de Lisboa, algumas universidades representadas, a CCDR e a DRAP.-----

----- Já tivera oportunidade mais do que uma vez de falar sobre o desinvestimento no País exatamente na questão alimentar e o grande objetivo da rede era retomar com a questão alimentar e que a Área Metropolitana de Lisboa, em 2030, fosse a responsável pelo aprovisionamento de 15% dos seus alimentos. 15% em 2030, o que significava que atualmente, provavelmente, seria de 5% ou 10%. -----

-----Relativamente às questões do Deputado Miguel Nunes, do PSD sobre a Juventude, respondeu que a Juventude terminara o ano com 124.000 EUR cabimentado e 118.000 pago, ficando a dever só 25,99 EUR que fora o que transitara de dívida. E aquilo tinha a ver com as Grandes Opções do Plano, mas ali não constavam, por exemplo, os recursos humanos, as instalações, o custo com energia, os computadores, as viaturas eventualmente afetas. -----

-----Respondendo ao Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde disse que a CMS tivera um grande problema entre o Natal e a atualidade e também na altura do Verão, em que todas as viaturas gruas tinham avariado, e a única contratada avariara, e com uma particularidade, o civismo das pessoas era uma coisa inacreditável. -----

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Na terça-feira, na Rua Senhora do Cabo, na Quinta do Conde, um munícipe maltratara os funcionários da Câmara, numa zona que havia porta a porta, onde ele se recusara a receber o contentor porta a porta e dissera que iria colocar o lixo onde estava o contentor. O munícipe estava identificado e o processo iria seguir para contraordenação. -----

-----A CMS fizera um esforço também muito grande, sobretudo na terça-feira, onde numa zona junto ao Conde 1, alguém despejara ou um armazém ou uma garagem, porque tinham sido precisos 2 camiões. O Alto das Vinhas era também outra zona inacreditável para não falar na Lagoa de Albufeira. Portanto, não existiam meios, por mais que os homens trabalhassem, por mais que tivessem os meios todos no terreno, se não houvesse civismo e medidas coercivas não se conseguia.-----

-----Era um grande problema que a CMS tinha. Já tinha passado muitas vezes a mensagem para a AMARSUL acompanhar a CMS na questão da recolha dos reciclados e da periodicidade da recolha, porque esse também era outro flagelo que existia no Concelho e não só, porque falava com colegas da Península de Setúbal, e o trabalho que era feito pela AMARSUL no que à recolha e à periodicidade dizia respeito nos reciclados, era inacreditável, pagando a CMS quase 5 vezes mais do que pagava em 2019. -----

-----Portanto, a CMS tinha de recolher muito do lixo que ficava ao lado dos contentores da reciclagem. Tinha de deixar alguns contentores da reciclagem, porque, como era do conhecimento, não existia o contentor, por exemplo, para a reciclagem do vidro e isso provocava a existência de um local de deposição onde as pessoas colocavam o lixo.-----

-----A CMS estava a alargar o “porta a porta”. Iria retirar os contentores da rua, quer os munícipes quisessem, ou não, com exceção das zonas de habitação coletiva, onde estavam a colocar os moloques.

-----Os moloques iriam ser levantados com o carro grua da divisão de obras municipais, porque o que estava ao serviço avariara. Eram viaturas que estavam sempre a trabalhar.-----

----- O munícipe bastava ligar para a Câmara e dizer que tinha um sofá ou um colchão para entregar e dizer qual era o dia previsível para entregar, em vez de os colocar ao lado do contentor. -----

-----Aliás, muitas das empresas eram obrigadas a levar os equipamentos usados e velhos e não o faziam.

-----Interveio seguidamente o **Vereador Miguel Fernandes** que cumprimentou todos os elementos, e referiu que queria prestar mais algumas informações e complementar o que o Sr. Presidente da Câmara dissera relativamente ao processo de ajuste direto das licenças de software questionado pelo Deputado Leonel Santos. -----

-----Fora um processo de continuação do licenciamento de software Microsoft durante um contrato plurianual de 3 anos e, portanto, era a manutenção da licença e ampliação da licença Microsoft e de todas

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

as plataformas associadas, e aquela era uma licença online e offline, ou seja, incluía, por exemplo, as ferramentas do Office 365 com instalação direta nos equipamentos de todos os funcionários da autarquia que utilizavam aquelas ferramentas e também todas as ferramentas de segurança num processo de manutenção da licença. -----

-----As razões materiais para o ajuste direto prendiam-se com a necessidade da manutenção de um serviço semelhante àquele que a CMS já tinha, e de manter, ao fim e ao cabo, aquele tipo de serviço. ---

-----Existiam dificuldades, em termos de recursos humanos, em dar resposta nos serviços e estas dificuldades materializavam-se em opções de gestão, e estando num processo em que só este ano a CMS transitara para um novo modelo de gestão documental, e toda a autarquia transitara com um grande suporte e um grande envolvimento do Gabinete de Tecnologias e Sistemas de informação onde se estava a terminar um processo de desmaterialização dos processos urbanísticos, não fizera sentido, apesar de haver outras soluções, de alterar a solução para outra empresa. Era sobretudo aquele o motivo por manter as licenças de software.-----

-----O caderno de encargos fora redigido pelos serviços e com preço contratual. A razão para utilizar o ajuste direto com todas as premissas legais, tivera a ver necessariamente como uma opção de gestão proposta pelos próprios serviços e corroborado por ele e pelo Sr. Presidente da CMS, no sentido de acelerar o processo e manter o serviço porque tudo tinha prazos. -----

-----Fora elaborado um caderno de encargos, feita uma proposta de preço que atendia a valores de contratos semelhantes anteriores e com cadernos de encargos semelhantes.-----

----- Fora feito o convite à empresa porque tinha sido auscultado um conjunto de empresas que naquele momento, poderiam dar resposta, e a empresa manifestara-se disponível para corresponder ao caderno de encargos e ao preço proposto e, a partir daí, avançara-se para o ajuste direto.-----

-----Usou da palavra o **Deputado Carlos Macedo** que quis começar, para efeitos de defesa da honra, de prestar um esclarecimento, dizendo que todas as interpolações que fazia ao executivo, não tinha por via pôr em causa nem o bom nome, a boa fé ou a idoneidade dos membros do executivo. O que estava em causa eram avaliações sobre decisões políticas que no seu entendimento, ou da bancada que representava, não eram as mais corretas. -----

-----Prosseguindo disse que ficara com a ideia de que o Sr. Presidente da CMS não tinha respondido a uma questão mas como começara por dizer que existiam matérias que conseguia responder e outras que talvez os técnicos respondessem melhor, não sabia se seria o caso ou não, mas o esclarecimento tinha a ver com o facto de na operação de loteamento, em particular, ter sido invertido e ter sido assinado o

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

contrato aprovado e depois assinado o contrato de urbanização, e só depois aprovada a operação de loteamento e as obras de infraestruturas.-----

-----A outra questão era sobre o entendimento que falara do incumprimento do que estava regulamentado no regime jurídico de urbanização e da edificação, relativamente à discussão pública, não do plano pormenor, mas da operação de licenciamento em si. -----

-----Interveio em seguida a **Deputada Sandra Carvalho** que queria repor alguma verdade, porque quem estava na Assembleia há algum tempo, sabia que a CDU sempre tivera uma postura de colaboração e de transparência, relativamente aos relatórios trimestrais. Fora com a gestão CDU que se passara por um modelo com mais informação porque, anteriormente, eram só agendas protocolares dos vereadores. Tinham sido acolhidos os contributos de todos os deputados que estavam na altura na Assembleia e que tinham dado origem ao modelo atual, e sempre dissera que estava para rever o modelo, compreendendo que existiam coisas que, de facto, deveriam ser mudadas. -----

-----Portanto, não era verdade que a CDU estava confortável com o modelo, e sempre dissera que estava disponível para trabalhar, mas na sua opinião deveria existir uma postura proativa e não só dizer que estava mal. -----

----- Em boa hora, o Deputado João Castanho dissera que iria apresentar uma proposta sendo que a CDU iria sugerir o que achava que deveria constar de informação no Relatório e esperava que as outras bancadas fizessem o mesmo. -----

-----Quis depois prestar solidariedade para com os motivos das lutas dos profissionais de educação que estavam a decorrer. -----

-----Usou em seguida da palavra o **Deputado Leonel Santos** que em resposta ao esclarecimento relativamente ao ajuste direto dos 531.000 EUR do software, disse que a pesquisa que se fazia facilmente no portal do governo era que desde 2015 era a mesma empresa que fornecia o software à Câmara Municipal. -----

-----Pessoalmente, não via como muito natural que fosse sempre a mesma empresa por ajuste direto. Pensava que não era muito claro fazer um ajuste direto de 531.737 EUR, mesmo que fosse plurianual, sempre à mesma empresa. Era uma questão que gostaria de ver esclarecida, não só enquanto membro da bancada do PSD, enquanto munícipe e enquanto português, porque era o dinheiro de todos que estava a circular. -----

-----A justificação que fora dada da informatização do sistema, por muitas digitalizadoras que se comprassem, por muito software que se colocasse, por muitas licenças da Microsoft que se comprasse,

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

difícilmente se atingiria os 531.000 EUR. Teria de haver, obrigatoriamente, mais equipamento que fora comprado. -----

-----A justificação que fora dada não ia de encontro, de certeza, àqueles valores. Existiriam mais explicações que se calhar tinham ficado por dar relativamente a equipamento, e não estava a pôr em causa a legitimidade da aquisição do equipamento, mas achava que a justificação ficava aquém dos valores. ---

-----Usou em seguida da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que em defesa da honra disse que durante a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, fizera comentários porque estava a ser interpelado. Diretamente, e iria repetir aquilo que dissera. -----

-----Nunca, em nenhuma das suas intervenções, pusera em causa a seriedade das pessoas, e utilizando os termos que o Deputado Carlos Macedo também utilizara, nem colocara em causa que havia coisas dúbias. O que sempre referira fora que existiam dúvidas sobre questões que estavam nos contratos, nos loteamentos, etc. e nunca em relação às pessoas individualmente, aliás, não eram 20, mas eram perto de 20 anos, e em nenhuma ocasião em que fizera intervenções públicas sobre os planos de pormenor, em particular, pusera alguma vez isso em causa, e até em relação aos executivos anteriores e ao executivo em que foram aprovados os Planos de Pormenor da Mata Sul e da Mata Norte. -----

-----O pedido de esclarecimento tinha a ver exatamente também com o dito artigo, o artigo 22º do RJUE e que, pelo que percebera da resposta do Sr. Presidente da CMS, existiam pareceres jurídicos que sustentavam a dispensa de uma consulta pública, pelo que perguntava se a AMS poderia ter acesso aos pareceres jurídicos. -----

-----Solicitando o uso da palavra para defesa da honra, o **Deputado Ricardo Mendes** disse que em termos regimentais não deveria ter feito a interpelação à Mesa, mas fizera-a porque a recomendação remontava a 2019 no mandato anterior e não no mandato atual, que tinha a tutela da Sra. Vereadora Argentina. -----

-----O **Presidente da AMS** informou que a interpelação referida pelo Deputado Ricardo Mendes fora feita com o microfone desligado porque o Presidente da Câmara estava a usar da palavra a responder às questões e fora feito um comentário com o microfone fechado com uma expressão que não era de todo recomendada. -----

-----Foi depois cedida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** para responder aos pedidos de esclarecimentos apresentados tendo começado por responder à última intervenção porque, por muito esforço que o Deputado Ricardo Mendes quisesse fazer, ele não se conseguia sentar na cadeira de 2019, nem ele conseguiria falar por 2019. -----

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Se a sua memória não falhasse, se calhar a CDU naquela sessão, nem votara contra a Recomendação, e, portanto, denotava bem aquilo que era o posicionamento, mas aquilo que iria deixar ao critério do Deputado, e pegando nas suas palavras, na próxima reunião de Câmara, interpelaria a Sra. Vereadora Argentina Marques, e perguntaria o que é que achava e se estaria disponível para avançar para o processo, sobre o qual, como já dissera, tendencialmente concordava nas 2 dimensões, quer na restrição do crescimento do alojamento local, quer eventualmente na ponderação de haver uma discriminação negativa sobre aquilo que era hoje os existentes, mas era uma discussão que achava que tinha de ser feita, havendo uma convergência, ou uma intenção de convergência das 2 forças políticas, mas ficava registado que na próxima reunião de Câmara perguntaria publicamente à Sra. Vereadora Argentina que tinha o pelouro, qual era a sua perspetiva e se estava disponível para avançar numa dimensão colocada pela bancada do Partido Socialista. -----

-----Sobre as questões colocadas pelo Deputado Leonel Santos, aquilo que poderia fazer era sugerir, a exemplo daquilo que também sugerira ao Deputado Carlos Macedo, que fizesse um pedido à Mesa. ----

-----Não conseguia responder porque não tinha acesso, de momento, a toda a documentação, já procurara juntamente com o Sr. Vereador Miguel Fernandes o procedimento no âmbito, quer da base Gov, quer da plataforma de contratação pública da CMS. -----

-----Resultara, obviamente, da decisão de contratar uma informação que vinha dos serviços e os respetivos motivos, mas queria deixar claro que se estava a falar de um valor que não eram 500.000 EUR anuais, eram 500.000 EUR em 3 anos.-----

-----Ocorrera uma situação, que atualmente já não existia porque felizmente o Município de Sesimbra conseguira resolver, que tinha a ver com os depósitos de um ajuste direto, que era de uma dimensão muito superior e anual, de cerca de 800.000 EUR, que tinha a ver com o combustível, porque anos e anos a fios, por questões que nunca tinham sido devidamente resolvidas, o depósito, e a propriedade do depósito existente e da bomba e da gasolina, eram da Galp e, portanto, eram sempre usados os critérios materiais.

-----Fora objeto de parecer do próprio Tribunal de Contas que recomendara que a Câmara resolvesse de uma vez por todas a questão. -----

-----Portanto, sobre a questão colocada, se pesquisasse na Base Gov, poderia consultar todas as peças do procedimento. -----

-----Quanto às questões colocadas sobre o Plano de Pormenor da Mata Sul, disse que voltava a referir, com toda a clareza do mundo, que o que sabia responder, respondia, o que não sabia responder, não podia responder, mas a primeira coisa que fizera quando fora colocada a questão da consulta pública fora

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

perguntar à equipa de advogados, se realmente se aplicava, porque seria um erro grosseiro, e a resposta fora que não era uma questão de parecer jurídico que provavelmente existiria, mas sim o entendimento jurídico claro, e até tinham remetido um conjunto de pareceres, via WhatsApp, de que não existia lugar, naquele caso, à discussão pública, mas na próxima reunião estaria a equipa para explicar, melhor do que ele, aquela matéria. -----

----- Sobre a questão de o contrato de urbanização ser prévio à aprovação final do loteamento com as obras de urbanização, fazendo uma nota prévia sobre isso e sobre a matéria e a forma como fora colocada, disse que o proprietário da Mata Norte tinha um contrato de urbanização e nem sequer tinha um loteamento, e, portanto, cairia por terra o fundamento de que só poderia haver um contrato de urbanização que antecederesse o loteamento. Fazia parte dos documentos disponibilizados e fazia parte, quer das informações técnicas, quer dos despachos, quer da deliberação de Câmara, que uma das condicionantes à aprovação final do loteamento era a aprovação do contrato de urbanização. -----

-----Tinha sido um entendimento muito simples, porque depois do loteamento aprovado, se não houvesse contrato de urbanização, os promotores ficariam na mão com o licenciamento e com a possibilidade de avançarem com o loteamento. -----

-----Fora condição, em sede de aprovação da arquitetura do alvará de loteamento, que até à aprovação final, que fosse assinado o contrato de urbanização. O caricato fora que os promotores, o requerente, naquele caso, quando a CMS colocara isso na condição para a aprovação do alvará de loteamento, respondera que concordava, mas que a CMS enviasse um ofício a dizer que só surtiria efeito ao contrato de urbanização, se fosse aprovado o contrato de loteamento. O promotor tivera aquela preocupação, não tinha de fazer obras de urbanização, mas perfeitamente normal. -----

-----Existia um contrato de urbanização que poderia ser chamado de contrato de desenvolvimento urbano, que só surtia efeito se houvesse um alvará de loteamento. Quem tinha um alvará de loteamento na mão, e se não quisesse assinar um contrato de urbanização com a CMS, não assinava e tinha um alvará de loteamento na mão. -----

-----Disse depois, até pela amizade que tinha, quer pelo Deputado Paulo Caetano e até por mais tempo pelo Deputado Carlos Macedo que conhecia há bastante tempo, que estava muito longe de querer que utilizassem a defesa da honra, mas a sessão estava a ser gravada. Não fora perguntado se a Câmara violara o RJUE, nem se daquilo que assinara a Câmara iria assumir as responsabilidades com a rede elétrica, com a rede de águas. Não fora perguntado, mas claramente afirmado, que era uma coisa completamente distinta. Na sua opinião quando eram colocadas questões à CMS deviam ser respondidas, mas por exemplo

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

não fora ele que dera o parecer sobre as águas ou sobre qualquer infraestrutura, a sua área era psicologia, e, portanto, não lhe competia fazer essa avaliação, mas decerto que os Deputados já se tinham apercebido que claramente se envolvera no processo com toda a equipa da Câmara Municipal de Sesimbra, e que merecera um estudo muito profundo e a tomada de decisões políticas porque eram decisões políticas também. Se o modelo seria aquele ou se não seria aquele. -----

-----Obviamente, para o promotor ou proprietário, que ainda por cima não era nenhum promotor imobiliário, mas era uma entidade financeira que tinha um ativo, concordassem ou não, o objetivo que queria inicialmente era garantir toda a dimensão daquilo que estava aprovado no plano pormenor. O que fora colocado inicialmente à CMS era assinar um contrato de urbanização para tudo, faseado na concretização.-----

-----Poderiam discordar, mas tinham sido meses difíceis de negociação, e se lhe perguntassem, eles estavam claramente no direito deles, à luz dos instrumentos de gestão territorial que estavam aprovados, concordando, ou não, com eles. -----

-----Pedia desculpa se também da sua parte se excedera nalguma apreciação, mas sendo uma matéria que de facto afastava, podia ser manifestada a opinião de que não concordavam com aquele modelo de desenvolvimento do Concelho de Sesimbra, mas a questão é que não era perguntar, mas sim afirmar de forma clarividente, que não estava correto, que violara, que a Câmara assumira e não devia. -----

-----Interveio depois o **Vereador Miguel Fernandes** que complementando a informação prestada pelo Sr. Presidente da CMS disse que sobre a questão de ser a mesma empresa em 3 contratos, disse que sobre contratos anteriores ao início das suas funções não se manifestaria. -----

----- Sobre o contrato atual já respondera que fora uma informação prestada pelos serviços. Prestada de acordo com a lei e publicada no portal onde o Deputado lera a informação, e toda a informação que não constasse do portal e que os Deputados sentissem necessidade para esclarecer a tomada de decisão, estava inteiramente disponível para a postar e poderem analisar e criticar do ponto de vista da decisão política e da decisão de gestão. -----

----- Achava que se viviam tempos demasiado perigosos para a democracia, e para a classe política no geral, para se iniciar as questões do ponto de vista de insinuação de que parecia estranho. Este perfil de discurso abundava em demasia atualmente, na nossa sociedade e nos nossos media. -----

-----Tudo o que os Deputados pretendessem saber em termos de informação, tudo o que necessitasse de esclarecimento, a CMS estava obviamente disponível para esclarecer, para fornecer toda a informação.

----- Relativamente ao preço se o Deputado não tinha conhecimento do caderno de encargos, não

Ata nº 20 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

poderia fazer suposições sobre o orçamento. -----

-----A CMS estava inteiramente disponível para responder àquilo que fosse necessário, mas as questões deviam-se centrar nos factos e nas decisões que tinham sido tomadas e no pedido de informações. -----

-----Não se verificando mais intervenções, a **Deputada Sandra Carvalho** solicitou a dispensa da leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

-----Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão era uma hora e oito minutos.-----

----- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que após aprovação vai ser assinada pelo Presidente e por quem a lavrou. -----